

27/03/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Nova demissão no MEC](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Casa da mãe Joana](#)

[Presidente do Inep é exonerado após suspensão de avaliação ser revogada](#)

[Fim de vinculação acentuará redução de investimento em educação, diz conselho](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Novo recuo de Vélez mostra MEC à deriva](#)

[TRÊS PERGUNTAS PARA](#)

[Só Saúde e Educação vão escapar de corte de R\\$ 30 bi do Orçamento](#)

O GLOBO - RJ

[Avaliação da alfabetização causa racha e demissão no MEC](#)

[Vélez quer ex-aluno na Educação Básica e militar no Inep](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[MEC não tem comando, diz conselho de Estados](#)

Imprensa Estadual

A GAZETA - ES

[Educadores temem retrocessos em meio a guerra ideológica](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[MEC volta atrás em não avaliar alfabetização](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Presidente do Inep é demitido após alterar Sistema de Avaliação Básica](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[MEC fica à deriva após 6 recuos e 15 exonerações; general deve ir para o Inep](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Ao pedir que Espanha peça perdão por colonização, López Obrador abre debate sobre reparação histórica](#)

[Conselho Nacional de Educação anula parecer que previa investimento mínimo por aluno](#)

[Vélez quer ex-aluno na Secretaria de Educação Básica do MEC](#)

G1

[Ex-secretária do MEC diz que demissão é preço que paga por educação de qualidade](#)

[Jovens lançam apostila com mais de 30 redações nota mil no Enem 2018](#)

PORTAL ISTOÉ

[CNE diz que não tem competência para fixar valores de custo por aluno](#)

TERRA

[MEC fica à deriva após seis recuos e 15 exonerações](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Militar que foi ao Haiti e atuou no GSI no governo Lula deve presidir Inep](#)

[Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica](#)

Imprensa Estadual

CORREIO POPULAR - SP

[União de esforços revitaliza escola](#)

DIÁRIO DA MANHÃ-RS

[MP discute a educação infantil indígena](#)

JORNAL DE BRASÍLIA - DF

CLIPPING



[Inscrições para o Enem vão de 6 a 17 de maio](#)

[Secretária do MEC pede para sair](#)

[Agências de notícias e sites](#)

AÇÃO POPULAR

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

ALAGOAS 24hs

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

BOL NOTÍCIAS

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

CLICKPB

[Estudo brasileiro indica que a vacina da febre amarela pode proteger contra zika](#)

G1

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

PORTAL ÉPOCA

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

TERRA

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão](#)

AGÊNCIA ESTADO

[ANÁLISE: País fica sem termômetro da aprendizagem](#)

AGÊNCIA VALOR

[Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC](#)

CARTA CAPITAL - SP

[Com retaliações e esvaziamentos, Bolsonaro asfixia produção cultural](#)

CORREIO WEB

[MEC recua e desiste de suspender avaliação da alfabetização até 2021](#)

[Atrito com Vélez pode levar a exoneração do presidente do Inep](#)

G1

[Avaliação da educação básica com alunos em fase de alfabetização é adiada](#)

METRÓPOLES

[Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização](#)

[Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC](#)

PORTAL EXAME

[Secretária pede demissão do MEC após desistência de avaliar alfabetização](#)

[MEC revoga portaria que suspende avaliação do nível de alfabetização](#)

PORTAL ISTOÉ

[Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC](#)

[Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão](#)

[Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização](#)

PORTAL VEJA

[Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão](#)

[Flávio Bolsonaro se reúne no MEC na ausência do ministro Vélez](#)

R7

[Para Secretários suspender teste de alfabetização é um erro](#)

TERRA

[Leonardo Carlos Chaves traça panorama da Educação a Distância no Brasil](#)

[ANÁLISE : País fica sem termômetro da aprendizagem](#)

[MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização](#)

Agências de notícias e sites

A FOLHA DE SÃO CARLOS

[FAPESP lança política para acesso aberto a publicações científicas](#)

DIÁRIO DA NOTÍCIA-MT

[UFRB seleciona professores formadores para curso de matemática EaD](#)

IDEALMT

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

JORNAIS VITUAIS

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

PARANASHOP

[Revistas científicas da Sociedade Brasileira de Cardiologia passam a integrar as ferramentas de busca de publicações da Sociedade Europeia de Cardiologia](#)

PORTAL ÉPOCA

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

UFRGS

[Curso de extensão Super 8 reinicia capacitações para pesquisas acadêmicas](#)

URURAU

[Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Juristas questionam ato do MEC de retomar avaliação de alfabetização](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Decisão de Vélez sobre alfabetização é questionada por integrantes do Inep](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC revoga portaria com mudanças no Sistema de Avaliação Básica](#)

TERRA

[Juristas questionam ato do MEC de avaliar alfabetização](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC revoga portaria com mudanças no Sistema de Avaliação Básica](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Nova demissão no MEC

EDUCAÇÃO

Em mais um dia atribulado no Ministério da Educação (MEC), o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, foi exonerado do cargo na noite de ontem. Conforme havia adiantado o Correio, ele entrou em atrito com o ministro Ricardo Vélez. Ontem pela manhã, Marcus dispensou o motorista de buscá-lo em casa, e não compareceu à sede do Inep ao longo do dia. A demissão foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, assinada pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. O nome do general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército, atual chefe de gabinete no órgão, é cotado para assumir o cargo.

A demissão do presidente do Inep está ligada à mais recente confusão vivida no MEC: a

suspensão, que durou apenas um dia, da avaliação do processo de alfabetização de alunos do 2º ano do ensino fundamental, medida fortemente criticada por profissionais da área de educação. A decisão estava prevista em portaria assina por Marcus Vinícius publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira, e foi revogada ontem.

O episódio resultou também no pedido de demissão, na própria segunda-feira, da secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida. Ela deixou o cargo por não ter sido informada sobre a suspensão da avaliação da alfabetização, mesmo sendo a responsável pela área. E, ao que tudo indica, a dança de cadeiras no MEC está longe de acabar. Nos bastidores, outro nome vem sendo apontado para aumentar a lista de demitidos: o de Marcelo Mendonça, assessor parlamentar da pasta.

Críticas

A decisão de suspensão das provas para as crianças do 2º ano foi duramente criticada por profissionais que trabalham na área da educação básica, que apontaram o longo período em que a análise do processo de alfabetização deixaria de ser avaliado. Os alunos do 2º ano do ensino fundamental ficariam de fora das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) até 2021. Seriam mantidas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do ensino fundamental, ou seja, 5º ano e 9º ano, e do ensino médio, no 3º ano.

O vaivém das decisões do MEC, que já vem sendo chamadas, jocosamente, de medidas “ioiô”, assim como a troca constante de dirigentes da pasta, ocorrem em meio a um embate ideológico com o filósofo Olavo de Carvalho, considerado o guru de Bolsonaro e responsável pela indicação do próprio ministro Ricardo Vélez. O cargo de secretário executivo, segundo posto mais importante do ministério, já foi ocupado por três pessoas, e, no momento, está vago. Outros seis funcionários do alto escalão foram exonerados. Apesar de o presidente Bolsonaro afirmar que Vélez continua à frente da pasta, fontes internas dizem que há uma pressão pela troca do ministro.

O vice-reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Américo Alves de Lyra Júnior, afirmou que o troca-troca de cadeiras sem fim cria um sentimento de insegurança entre os gestores da área. “Não se sabe ao certo o que o MEC está planejando, porque o ministério não delimitou algo mais concreto em termos de política educacional e universitária. Falta direção. Em algum momento, o governo precisará voltar à realidade, seja com corte de pessoas, seja com mudança de políticas, mas com mais estabilidade e decisões acertadas”, disse. “Paira no ar o sentimento de insegurança. São postos técnicos que independem de perfis filosóficos e precisam ser ocupados por pessoas com experiência na área da educação. Os fatos mostram que o ministro desconhece os trâmites da pasta e não oferece definição mais precisa de como ela vai funcionar, com quem vai funcionar”, concluiu Lyra Júnior.

Ministro nomeia ex-aluno

Ex-aluno do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, Alexandre Ferreira de Souza assumiu ontem a Secretaria de Educação Básica. Secretário de Educação Profissional e Tecnológica na pasta, ele vai acumular as duas funções. Tânia Almeida, que ocupava o posto, deixou o ministério após a publicação de uma portaria que decidia não avaliar crianças em fase de alfabetização. Souza possui formação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, na graduação, teve a orientação de Vélez para o trabalho “A Tragédia Ática: Entre o Mito e a Filosofia”. Ele tem mestrado

e doutorado em Ciência da Religião pela mesma instituição. Antes de ir para o MEC, Souza atuava como professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Casa da mãe Joana

Demitido pelo ministro Ricardo Vélez (Educação), Marcus Vinicius Carvalho, que chefiava o Inep, disse a amigos que a portaria que motivou sua exoneração estava em debate na Secretaria de Alfabetização havia três semanas. Vélez afirmou desconhecer o documento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/03/27/desarticulacao-politica-e-exposicao-na-ccj-irritam-paulo-guedes/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Presidente do Inep é exonerado após suspensão de avaliação ser revogada Marcus Vinicius Rodrigues é mais uma demissão na pasta da Educação, que passa por crise

Brasília

Um dia depois de cancelar a avaliação federal de alfabetização, o Ministério da Educação revogou a medida, em um novo recuo do ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O episódio culminou na demissão do presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Marcus Vinicius Rodrigues, na noite desta terça-feira (26) – foi ele quem assinou a portaria que suspendia a avaliação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/presidente-do-inep-e-exonerado-apos-suspensao-de-avaliacao-ser-revogada.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Fim de vinculação acentuará redução de investimento em educação, diz conselho Governo Bolsonaro sinaliza eliminar a previsão constitucional de verbas na área

Brasília

Os secretários estaduais de Educação estão preocupados com o plano do governo Jair Bolsonaro (PSL) de eliminar a previsão constitucional de investimentos mínimos em educação. O Consed, órgão que representa esses dirigentes, preparou nota técnica em que prevê queda nos recursos e impactos na área caso a medida se concretize.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/fim-de-vinculacao-acentuar-reducao-de-investimento-em-educacao-diz-conselho.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Novo recuo de Vélez mostra MEC à deriva

Educação. Ontem, ministro Ricardo Vélez Rodríguez reviu decisão anunciada no dia anterior pela pasta – sem que ele soubesse –, de não avaliar crianças em fase de

alfabetização no País. Segundo especialistas em gestão, episódio expõe a falta de articulação

BRASÍLIA

Depois de 15 exonerações, decisões polêmicas e 6 recuos, o Ministério da Educação (MEC) se mostra à deriva. Ontem, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez desfez medida tomada no dia anterior – sem que ele soubesse – de não avaliar crianças em fase de alfabetização. Segundo analistas de educação, o episódio aponta falta de articulação. Ele tem dificuldade para montar a equipe, já foi desautorizado pelo Planalto e tem auxiliar que acumula duas secretarias. No Inep, deve assumir o general Mamede de Brito Filho, que não trabalha com educação.

Depois de 15 exonerações, medidas polêmicas e seis recuos, o Ministério da Educação (MEC) está à deriva. Ontem, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez reviu decisão anunciada no dia anterior pela pasta – sem que ele soubesse –, de não avaliar crianças em fase de alfabetização no País. Segundo especialistas em gestão pública de educação, o episódio mostrou mais uma vez o amadorismo e a falta de articulação do MEC no governo de Jair Bolsonaro.

Vélez tem tido até dificuldade de encontrar quadros para repor os espaços vagos. Ontem, o ex-aluno do ministro Alexandro Ferreira de Souza passou a acumular duas secretarias. Continua com a que ele já comandava, da Educação Profissional e Tecnológica, e será o secretário da Educação Básica, pois a titular anterior, Tania Almeida, pediu demissão porque também não foi avisada da mudança na prova de alfabetização.

Nos últimas semanas, Vélez chegou a anunciar dois nomes de secretários executivos e foi desautorizado pelo Palácio do Planalto. O cargo permanece vago há 15 dias. “Não temos mais interlocutor no MEC, não tem com quem se possa conversar sobre os anseios dos secretários, das escolas do País”, diz a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) Cecília Motta, que é secretária de Mato Grosso do Sul. “Precisamos de uma política de Estado, não de governo.”

Militar. O general Francisco Mamede de Brito Filho, que tem experiência na área de Defesa e nunca trabalhou com educação, deve assumir o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), que responde pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Brito Filho foi chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste.

“Faz três meses que não temos uma clara orientação sobre qual a política nacional”, afirma a ex-secretária executiva do MEC no governo de Michel Temer e de Fernando Henrique Cardoso, Maria Helena Guimarães de Castro. Ela diz que livros e merenda, por exemplo, que são ações de alocação automática de recursos, estão chegando às escolas. Mas não se sabe o que vai acontecer com verbas que seriam destinadas à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou para a reforma do ensino médio, por exemplo.

Há semanas, o MEC enfrenta uma disputa entre os grupos dos seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os ligados à área técnica e aos militares. A demissão do presidente do Inep, ontem, deixou claro o clima que vive a pasta.

À noite, após ser confirmada a exoneração, Marcus Vinicius Rodrigues fez duras

críticas ao ministro Ricardo Vélez Rodríguez. “O Brasil precisa de um ministro da Educação que tenha responsabilidade de gestão, competência e experiência”, disse ao Estado.

Rodrigues já vinha travando uma disputa interna com Vélez há semanas. Ele conta que discordou da comissão que vai analisar as questões do Enem e tentou barrar integrantes de perfil ideológico e ligados ao filósofo Olavo de Carvalho.

Nesta semana, segundo ele, foi convencido pelo secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, a cancelar a avaliação de alfabetização no País. “Não é um assunto que conheço. Pedi um ofício justificando o pedido.” No documento, ao qual o Estado teve acesso, o secretário alega que “a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada”.

Vélez não sabia da portaria sobre a avaliação – assinada pelo presidente do Inep – e ficou furioso com a repercussão negativa do caso. Na segunda-feira à tarde, chamou Rodrigues ao gabinete e disse que ele deveria ter pedido autorização ao MEC para assinar o documento. Rodrigues então retrucou, dizendo que o Inep é uma autarquia e tem independência. Os dois discutiram e Vélez pediu a demissão do presidente do Inep.

Rodrigues chegou ao governo por indicação do general Alessio Ribeiro Souto, que atuou na campanha de Bolsonaro. O professor da Fundação Getúlio Vargas também conta com o apoio do general Augusto Heleno, ministro do gabinete de Segurança Institucional. Brito Filho, que deve assumir o posto, é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, entre 2008 e 2009, durante o governo Lula, e comandou o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012.

Duas das exonerações ainda não foram publicadas no Diário Oficial. Alguns dos que saíram foram remanejados para áreas adjacentes do MEC (veja ao lado). O Estado apurou ainda que a pasta deverá enfrentar nova onda de mudanças. A informação é de que pelo menos mais 20 pessoas sejam demitidas.

“Tudo isso cria uma situação de muita instabilidade e insegurança na gestão educacional, todo mundo fica na expectativa de qual o próximo fato que vai acontecer”, afirma a ex-secretária de Educação do Rio Grande do Sul Mariza Abreu. “É uma pena o que estamos vendo, para as gerações que estão na escola e para as que vão entrar.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE TRÊS PERGUNTAS PARA

Claudia Costin, diretora do Centro de Inovação em Políticas Educacionais da FGV / R.C.

1. Como a senhora analisa a atual situação do MEC?

Estão prestando um desserviço ao dispersar forças com esses conflitos, idas e voltas, demissões. O Brasil tem uma urgência em melhorar a qualidade da educação. Eu imaginava que o MEC estaria envolvido, dentro da visão deles, em como urgentemente investir nessa melhoria, mas não é o que estamos vendo.

2. Quais deveriam ser as prioridades do MEC?

Uma é implementar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com formação de professores, materiais apropriados. É preciso também rever a forma como o ensino superior prepara os professores. Além de não haver atratividade para a carreira, ela é muito desvinculada da prática. Mas nada disso está andando no ritmo que deveria. Por fim, é papel do governo federal assegurar avaliações para saber se estamos avançando.

3. É possível ver efeitos nas redes e nas escolas?

A vida continua nas redes, mas no mesmo patamar. Nós já batemos em um teto do que dá para fazer. Enquanto o MEC não fizer o papel dele em relação à BNCC, que precisa ser traduzida em currículos estaduais e municipais, e à formação de professor, estaremos avançando a passos muito lentos. Mesmo que defina agora políticas corretas, ainda vai levar tempo para implementá-las. O Brasil precisa pisar no acelerador e fazer ajustes estruturais. Se houver uma equipe técnica sólida, o ministério pode conseguir avançar, mas os sinais não vão nessa direção.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Só Saúde e Educação vão escapar de corte de R\$ 30 bi do Orçamento

Aperto. Proposta da equipe econômica é fazer um bloqueio de 21% nos gastos dos demais ministérios, o que levaria as despesas para cerca de R\$ 90 bi, o menor valor da série histórica; técnicos apontam que corte pode comprometer funcionamento de áreas do governo

BRASÍLIA

Apenas os Ministérios da Saúde e da Educação serão poupados do corte de R\$ 30 bilhões do Orçamento definido pelo Ministério da Economia. A proposta da área econômica é fazer um bloqueio praticamente linear de 21% nas despesas dos demais ministérios, o que pode afetar o funcionamento de áreas do governo.

Com a decisão, as despesas que não são obrigatórias ficarão em R\$ 90 bilhões, nível considerado próximo do chamado “shutdown” da máquina pública, ou seja, de paralisia. O valor é o mais baixo da série histórica disponível, que começou em 2008.

Se o contingenciamento de R\$ 30 bilhões permanecer por muito tempo ao longo deste ano, técnicos experientes do governo, ouvidos pelo Estado, avaliam que, em outubro, muitos ministros não terão mais dinheiro para tocar projetos. “Na toada atual, o sinal amarelo vira vermelho já, já”, alerta o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Felipe Salto, que faz o acompanhamento das contas públicas.

Nos anos anteriores, bloqueios no Orçamento provocaram falta de recursos para expedição de passaportes, patrulha de rodovias, compra de medicamentos, entre outros exemplos.

O governo tem até sexta-feira para divulgar como o corte, anunciado na semana passada, será dividido entre os ministérios. Até lá, a disputa será política entre os comandantes das Pastas. O problema é que, para preservar um determinado ministério, o governo terá de apontar um corte maior em outras áreas. Tudo tem de estar registrado em ata. Pela proposta dos técnicos da área econômica, além de saúde e educação, apenas áreas muito específicas, como despesas com calamidades públicas, ficariam de fora do corte linear. Mesmo em saúde e educação, o governo só deixará livre do

bloqueio o percentuais obrigatórios de gastos determinados pela Constituição.

A palavra final será do presidente Jair Bolsonaro, como já indicou o secretário especial de Fazenda do Ministério Economia, Waldery Rodrigues Júnior, durante o anúncio do corte.

O bloqueio incide apenas nas chamadas despesas discricionárias, que são gastos de custeio e investimento não obrigatórios que o governo tem liberdade para manejar e cortar – gastos obrigatórios, como salários e benefícios previdenciários, não podem ser bloqueados.

Os dados da IFI apontam que as despesas discricionárias devem ter orçamento entre R\$ 75 bilhões e R\$ 80 bilhões em 2021, se não houver mudanças na situação atual na qual a escalada dos gastos obrigatórios estão espremendo esse tipo de despesa. Felipe Salto alerta que o quadro atual já é muito “perigoso” e a chamada margem fiscal está ficando cada vez maior. Por isso, diz ele, a urgência da aprovação das reformas, principalmente a da Previdência.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Avaliação da alfabetização causa racha e demissão no MEC

Presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues foi exonerado ontem, um dia depois de assinar portaria para cancelar testes de português e matemática de crianças; sua decisão foi revogada

O Ministério da Educação (MEC) revogou portaria que estabelecia novas regras para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) —incluindo a previsão de que a alfabetização das crianças brasileiras só seria avaliada em 2021. A anulação vem apenas um dia depois de ela ter sido publicada no Diário Oficial da União. No mesmo dia da revogação, Marcus Vinicius Rodrigues, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelas avaliações de desempenho educacional do governo, foi exonerado do cargo.

O adiamento da avaliação gerou desgaste entre Marcus Vinicius e o ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que assinou a volta atrás do governo. Integrantes do Inep questionaram se o ministro teria competência para anular o ato autorizado pelo presidente da autarquia. Técnicos da área jurídica do governo analisam que a portaria deveria ter sido revogada pelo próprio presidente do órgão.

MUDANÇAS NO CURRÍCULO

Em resposta, na tarde de ontem, uma edição extra do Diário Oficial da União foi publicada com a exoneração de Marcus Vinicius.

Ainda não há informação sobre quando as novas diretrizes do Saeb serão divulgadas.

No ano passado, o governo de Michel Temer havia anunciado que os alunos do 2º ano do ensino fundamental —em geral com 7 anos de idade —passariam a ser avaliados pelo Saeb em 2019. A prova de português e matemática seria realizada em outubro deste ano.

Tradicionalmente, nos anos anteriores, a prova só era aplicada para o 5º e 9º ano do

fundamental e para o 3º ano do ensino médio.

Ao incluir estudantes de 7 anos de idade na prova, a intenção alegada era a de diagnosticar ainda cedo possíveis problemas na aprendizagem da leitura e da escrita.

Até 2018, a alfabetização era mensurada por outro teste, chamado de Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Em junho do ano passado, o então ministro da Educação, Rossieli Soares, anunciou que a ANA seria extinta e incorporada ao Saeb.

Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC, pediu que a alfabetização não fosse avaliada em 2019. Em ofício ao presidente do Inep, Nadalim diz que a avaliação no atual formato "não responde às necessidades da política de alfabetização que será implementada" e que a "alteração do público-alvo para o 2º ano do ensino fundamental precisaria ser discutida com o MEC".

Pela primeira vez os alunos do 2º ano seriam avaliados, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular, aprovada em 2017, antecipou a etapa escolar na qual a alfabetização deve estar concluída — antes era no 3º do fundamental, até então o público-alvo da avaliação.

Já Nadalim, secretário do MEC que estava em conflito com o demitido, é admirador do ideólogo de direita Olavo de Carvalho e partidário do método fônico para alfabetização. Ele defende colocar a técnica no cerne da Política Nacional de Alfabetização que o MEC prepara para os cem primeiros dias de gestão, embora educadores sejam contrários à imposição de um método específico. Nadalim divulga o método que usa em uma pequena escola da família dele, em Londrina, e prega o ensino domiciliar, hoje proibido pelo Supremo Tribunal Federal.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Vélez quer ex-aluno na Educação Básica e militar no Inep

Antes mesmo de as exonerações pedidas pelo ministro da Educação serem confirmadas pelo Planalto, Ricardo Vélez Rodríguez já havia sinalizado os nomes que devem assumir a Secretaria de Educação Básica e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para a primeira, no lugar de Tânia Almeida, deve ir um ex-aluno do ministro, Alexandre Ferreira de Souza, que acumulará a secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, da qual já é titular. Souza tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Foi na graduação que recebeu orientação de Vélez para fazer o trabalho "A tragédia ática: entre o mito e a filosofia". O currículo de Souza aponta que ele é professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo. A exoneração de Almeida ainda aguarda confirmação do Planalto.

Já para o lugar de Marcus Vinicius Rodrigues, no Inep, deve ir Francisco Mamede de Brito Filho, general do Exército. Ele era chefe de gabinete do ex-ocupante da pasta, demitido anteontem. A Casa Civil publicou ontem à noite a sua exoneração. Mamede é bastante próximo de Marcus Vinicius, ligado à ala militar do governo.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

MEC não tem comando, diz conselho de Estados

Após sucessivas tentativas de apresentar sua agenda ao novo governo, os secretários estaduais de educação abandonaram o tom usualmente brando sobre o Ministério da Educação (MEC) comandado por Ricardo Vélez Rodríguez. “Eu tenho a impressão de que não existe um comando no MEC nem política de governo para a educação”, afirma Cecília Motta, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6183429/mec-nao-tem-comando-diz-conselho-de-estados>

topo ↕

A GAZETA - ES - BRASIL

Educadores temem retrocessos em meio a guerra ideológica

Enquanto grupos brigam por poder, influência e cargos, ministério não apresenta projetos

A disputa ideológica que divide o Ministério da Educação (MEC) entre militares, discípulos de Olavo de Carvalho (filósofo e conselheiro do presidente Jair Bolsonaro), evangélicos e membros da equipe técnica da pasta vem resultando na paralisação de programas e é vista com preocupação por educadores. O temor é por retrocessos em uma área considerada fundamental para o desenvolvimento do país. Na avaliação da doutora em Educação e professora da Ufes Cleonara Schwartz, até o momento o MEC não apresentou um projeto de Educação consolidado, apenas ações momentâneas e sem planejamento. O resultado disso é a “insegurança administrativa”. “Qualquer interrupção de políticas gera impactos para a organização dos municípios e para os Estados.

Houve, por exemplo, um investimento público para a organização da Base Nacional Comum Curricular e todos já estavam se mobilizando em torno de ações. Mesmo com todas as fragilidades do governo anterior algo estava caminhando”, critica. A diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, Cláudia Costin, ressalta que embora Estados e municípios sejam independentes do governo federal em muitos aspectos, há outros em que não há como se trabalhar sem parcerias que são vitais para a qualidade da educação, como a formação de professores, a avaliação do desempenho dos alunos e a implementação da nova base curricular. “Esse é um ano de implementação do currículo na educação infantil e no ensino fundamental. Já no ensino médio, é um ano de tradução desse currículo, de formação dos itinerários formativos, e isso pode ajudara dar um salto na educação se for bem feito”, pontua a professora.

ALERTAS

No entanto, Cláudia se diz preocupada com o ritmo lento com o qual as ações vêm sendo tocadas. “Ficamos preocupados porque a educação não pode esperar. Cada ano na vida de uma criança é muita coisa”. Ela continua: “Se olharmos para os resultados educacionais, vemos melhorias lentas do quinto ao nono ano e o ensino médio está estagnado. Esperamos que o ProBNCC (programa que está paralisado) melhore isso, mas o MEC está marcando passo”.

Para Cleonara, este seria, por exemplo, o momento de se chamar os especialistas e profissionais da educação básica para rediscutir a nova base curricular, que ainda gera dúvidas e críticas. No entanto, isso não tem acontecido. Cláudia, por sua vez, aponta

saídas para avanços. “Eles têm que definir quem será o secretário executivo, que é quem opera a máquina da educação no MEC. Também é urgente dar atenção para a Secretaria de Educação Básica”, diz.

“Eles têm que definir quem será o secretário executivo, que é quem opera a máquina da educação no MEC” “Não foi apresentado um projeto de governo para a educação. As ações são pensadas momentaneamente”

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - BRASIL

MEC volta atrás em não avaliar alfabetização

Polêmica fez com que ministério revogasse decisão de segunda-feira e demitisse diretor do Inep

Após polêmica, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que deixava de avaliar as crianças de 7 anos, em fase de alfabetização. O documento que tornou a medida sem efeito foi assinado pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ele não foi consultado sobre a mudança noticiada segunda-feira.

Por causa disso, Vélez demitiu o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Marcos Vinicius Rodrigues. Os dois discutiram rispidamente em reunião que tratou da desistência em avaliar o nível de alfabetização das crianças. Rodrigues é ex-professor da Fundação Getúlio Vargas e foi indicado pelo grupo de militares de reserva que auxilia o governo desde a transição. Para o lugar dele na presidência do Inep, cogita-se o nome do general Francisco Mamede de Brito Filho. Ele é o chefe de gabinete no órgão.

Um ofício enviado ao Inep mostra o pedido do secretário de Alfabetização, Carlos Nadalin, sobre a mudança. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que estava sendo discutida no MEC. O texto diz que “a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada”. Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2º ano do fundamental.

Nadalin é considerado do grupo que tem conexões com o filósofo Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas. Ele é dono de uma escola em Londrina (PR), a Mundo Balão Mágico, e antes de ir para o MEC divulgava vídeos pela internet de como alfabetizar as crianças. Foi ele também quem elaborou a minuta do decreto.

O documento, assim como Nadalin, defende o método fônico, considerado antiquado e limitador por muitos especialistas. A minuta do decreto do MEC previa que as crianças estejam alfabetizadas até o fim do 1º ano do fundamental.

Vélez também teria pedido a demissão de Nadalin e aguardava decisão do presidente Jair Bolsonaro. Já a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, pediu seu desligamento nesta segunda-feira depois do episódio.

Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova.

A decisão do ministério tomada na segunda-feira foi recebida com muitas críticas por secretários de educação e pela comunidade educacional em geral. Sem avaliação neste ano, perdia-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando o aprendizado. (Agência Estado)

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Presidente do Inep é demitido após alterar Sistema de Avaliação Básica

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, foi demitido do cargo ontem. A exoneração foi

publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

Rodrigues foi o responsável por assinar a portaria que indicava que o Ministério da Educação não mais avaliaria a alfabetização de crianças. A portaria, publicada na segunda-feira, definia, entre outras coisas, que a medição da qualidade da alfabetização de estudantes de todo o País só seria feita a partir de 2021. A decisão havia sido tomada, segundo o Inep, para dar tempo para as escolas se adequarem aos currículos da nova Base Nacional Comum Curricular.

O texto foi revogado ontem, por meio de uma nova portaria. O texto tornou sem efeito a medida anterior, que previa novas regras para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército, deve ser o novo presidente Inep.

O Ministério da Educação deverá apresentar, ao final dos 100 primeiros dias de governo, uma proposta de Política Nacional de Alfabetização. O Saeb é aplicado em escolas de zonas urbana e rural que tenham, pelo menos, dez estudantes matriculados. A avaliação mede o aprendizado em Língua Portuguesa e Matemática.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC fica à deriva após 6 recuos e 15 exonerações; general deve ir para o Inep Nesta terça, ministro Ricardo Vélez Rodríguez reviu decisão anunciada no dia anterior pela pasta – sem que ele soubesse –, de não avaliar crianças em fase de alfabetização no País. Segundo especialistas em gestão, episódio expõe a falta de articulação

BRASÍLIA - Depois de 15 exonerações, medidas polêmicas e seis recuos, o Ministério da Educação (MEC) está à deriva. Nesta terça, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez reviu decisão anunciada no dia anterior pela pasta - sem que ele soubesse -, de não avaliar crianças em fase de alfabetização no País. Segundo especialistas em gestão pública de educação, o episódio mostrou mais uma vez o amadorismo e a falta de articulação do MEC no governo de Jair Bolsonaro.

Vélez tem tido até dificuldade de encontrar quadros para repor os espaços vagos. Nesta terça, o ex-aluno do ministro Alexandre Ferreira de Souza passou a acumular duas secretarias. Continua com a que ele já comandava, da Educação Profissional e Tecnológica, e será o secretário da Educação Básica, pois a titular anterior, Tania Almeida, pediu demissão porque também não foi avisada da mudança na prova de alfabetização.

Nos últimas semanas, Vélez chegou a anunciar dois nomes de secretários executivos e foi desautorizado pelo Palácio do Planalto. O cargo permanece vago há 15 dias. “Não temos mais interlocutor no MEC, não tem com quem se possa conversar sobre os anseios dos secretários, das escolas do País”, diz a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) Cecília Motta, que é secretária de Mato Grosso do Sul. “Precisamos de uma política de Estado, não de governo.”

Militar. O general Francisco Mamede de Brito Filho, que tem experiência na área de Defesa e nunca trabalhou com educação, deve assumir o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), que responde pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Brito Filho foi chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste.

“Faz três meses que não temos uma clara orientação sobre qual a política nacional”, afirma a ex-secretária executiva do MEC no governo de Michel Temer e de Fernando

Henrique Cardoso, Maria Helena Guimarães de Castro. Ela diz que livros e merenda, por exemplo, que são ações de alocação automática de recursos, estão chegando às escolas. Mas não se sabe o que vai acontecer com verbas que seriam destinadas à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou para a reforma do ensino médio, por exemplo.

Há semanas, o MEC enfrenta uma disputa entre os grupos dos seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os ligados à área técnica e aos militares. A demissão do presidente do Inep, nesta terça, deixou claro o clima que vive a pasta.

À noite, após ser confirmada a exoneração, Marcus Vinicius Rodrigues fez duras críticas ao ministro Ricardo Vélez Rodríguez. “O Brasil precisa de um ministro da Educação que tenha responsabilidade de gestão, competência e experiência”, disse ao Estado.

Rodrigues já vinha travando uma disputa interna com Vélez há semanas. Ele conta que discordou da comissão que vai analisar as questões do Enem e tentou barrar integrantes de perfil ideológico e ligados ao filósofo Olavo de Carvalho.

Nesta semana, segundo ele, foi convencido pelo secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, a cancelar a avaliação de alfabetização no País. “Não é um assunto que conheço. Pedi um ofício justificando o pedido.” No documento, ao qual o Estado teve acesso, o secretário alega que “a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada”.

Vélez não sabia da portaria sobre a avaliação - assinada pelo presidente do Inep - e ficou furioso com a repercussão negativa do caso. Na segunda-feira à tarde, chamou Rodrigues ao gabinete e disse que ele deveria ter pedido autorização ao MEC para assinar o documento. Rodrigues então retrucou, dizendo que o Inep é uma autarquia e tem independência. Os dois discutiram e Vélez pediu a demissão do presidente do Inep.

Rodrigues chegou ao governo por indicação do general Alessio Ribeiro Souto, que atuou na campanha de Bolsonaro. O professor da Fundação Getúlio Vargas também conta com o apoio do general Augusto Heleno, ministro do gabinete de Segurança Institucional. Brito Filho, que deve assumir o posto, é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, entre 2008 e 2009, durante o governo Lula, e comandou o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012.

Duas das exonerações ainda não foram publicadas no Diário Oficial. Alguns dos que saíram foram remanejados para áreas adjacentes do MEC. O Estado apurou ainda que a pasta deverá enfrentar nova onda de mudanças. A informação é de que pelo menos mais 20 pessoas sejam demitidas.

“Tudo isso cria uma situação de muita instabilidade e insegurança na gestão educacional, todo mundo fica na expectativa de qual o próximo fato que vai acontecer”, afirma a ex-secretária de Educação do Rio Grande do Sul Mariza Abreu. “É uma pena o que estamos vendo, para as gerações que estão na escola e para as que vão entrar.”
Na lista de saída

1. Rodrigo Moraes. Assessor 2. Ayrton Pereira Rippel.

Chefe de gabinete

3. Ricardo Roquetti.

Diretor de programa

4. Eduardo Melo (2). Adjunto da Secretaria Executiva

5. Claudio Titericz (2). Adjunto da Secretaria Executiva

6. Tiago Tondinelli (2).

Chefe de gabinete

7. Tiago Levi Diniz Lima.

Diretor da Fundação Joaquim Nabuco

8. Silvio Grimaldo. Assessor

9. Luiz Antonio Tozi.

Secretário executivo do MEC 10. Robson Santos da Silva (2). Assessor

11. Daniel Emer (2). Assessor

12. Osmar Bernardo Junior (2). Assessor

13. Iolene Lima (1). Secretária executiva do MEC

14. Tânia Almeida (1). Secretária de Educação Básica

15. Marcus Vinicius Rodrigues. Presidente do Inep

3 perguntas para Claudia Costin

1. Como a senhora analisa a atual situação do MEC?

Estão prestando um desserviço ao dispersar forças com esses conflitos, idas e voltas, demissões. O Brasil tem uma urgência em melhorar a qualidade da educação. Eu imaginava que o MEC estaria envolvido, dentro da visão deles, em como urgentemente investir nessa melhoria, mas não é o que estamos vendo.

2. Quais deveriam ser as prioridades do MEC?

Uma é implementar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com formação de professores, materiais apropriados. É preciso também rever a forma como o ensino superior prepara os professores. Além de não haver atratividade para a carreira, ela é muito desvinculada da prática. Mas nada disso está andando no ritmo que deveria. Por fim, é papel do governo federal assegurar avaliações para saber se estamos avançando.

3. É possível ver efeitos nas redes e nas escolas?

A vida continua nas redes, mas no mesmo patamar. Nós já batemos em um teto do que dá para fazer. Enquanto o MEC não fizer o papel dele em relação à BNCC, que precisa ser traduzida em currículos estaduais e municipais, e à formação de professor, estaremos avançando a passos muito lentos. Mesmo que defina agora políticas corretas, ainda vai levar tempo para implementá-las. O Brasil precisa pisar no acelerador e fazer ajustes estruturais. Se houver uma equipe técnica sólida, o ministério pode conseguir avançar, mas os sinais não vão nessa direção.

Claudia é diretora do Centro de Inovação em Políticas Educacionais da FGV./
COLABOROU ISABELA PALHARES

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Ao pedir que Espanha peça perdão por colonização, López Obrador abre debate sobre reparação histórica

Diante de reação furiosa de políticos espanhóis, historiador mexicano questiona: Como esperar autocritica da Espanha, que nunca julgou crimes da ditadura de Franco?

RIO e MADRI — A polêmica causada pela carta do presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, instando o rei da Espanha a reconhecer e pedir desculpas pelos abusos cometidos durante a colonização, não só deixou em polvorosa a classe política espanhola como dividiu opiniões entre historiadores na Espanha e no México. Enquanto alguns acreditam que o pedido seja importante como reparação histórica, outros destacam que soa como descabido ou, pelo menos, tardio.

Em vídeo publicado na segunda-feira, López Obrador, conhecido como AMLO, explica que a reparação histórica é o único caminho possível para alcançar a plena reconciliação entre o México e a antiga metrópole. Mas o governo da Espanha, liderado pelo social-democrata Pedro Sánchez, reagiu mal à divulgação do conteúdo da carta. Em comunicado, “lamentou profundamente” o documento e “rejeitou firmemente” seu conteúdo. “A chegada, há 500 anos, dos espanhóis às atuais terras mexicanas não pode ser julgada à luz de considerações contemporâneas”, disse.

Federico Navarrete, professor de História da Universidade Nacional Autônoma do México, acredita que o grande erro de AMLO foi esperar uma autocritica da Espanha.

— Como esperar que um país que nunca fez um exame da história, onde nunca houve um processo de justiça sobre os crimes da ditadura de Francisco Franco, encerrada há quase 50 anos, vá reexaminar crimes cometidos há 500 anos? — questiona.

O professor, que também coordena o NotiConquista — página que se dedica a contar a história da colonização espanhola — lembra ainda que a colonização foi marcada pela disputa entre grupos originários mexicanos, alguns dos quais se aliaram aos conquistadores.

— A conquista é um problema de um grupo de mexicanos contra outro grupo de mexicanos. Mais do que recorrer ao Papa ou à Espanha, o México tem que resolver internamente seus problemas. Claro, são problemas que se originaram com a

colonização espanhola, mas ainda hoje vivemos uma ordem política profundamente desigual, que valoriza a pele branca em detrimento do nosso passado indígena. Continuamos matando índios e discriminando afroamericanos.

Na Espanha, parte dos historiadores concorda com a posição do governo de que o pedido de desculpas é fora de propósito. Para Carlos Martínez Shaw, professor emérito de História Moderna da Universidade Nacional de Educação à Distância (UNED), “pedir desculpas a um chefe de Estado por atos realizados há 500 anos, enfrentados por sociedades que pouco tem a ver com as nossas, é extemporâneo e anacrônico”.

— Foi uma conquista militar, com todos os danos que isso supõe, mas em três séculos de dominação houve momentos de convivência e de resistência — defendeu Shaw ao jornal espanhol El País. — Se o pedido tivesse sido feito pelas comunidades afetadas, poderia ter um significado, mas entre Estados soa ridículo e pode acabar afetando as relações entre os dois países.

Em postagem no Twitter, Brian Winter, editor-chefe da revista Americas Quarterly, discordou desse raciocínio: “O Papa João Paulo II pediu desculpas pelo julgamento de Galileu e pelo tratamento dado pela Igreja aos judeus. O Papa Francisco, pela inquisição. (Ronald) Reagan, pelos campos de concentração de japoneses nos EUA. Estamos tendo um debate sério sobre reparações à escravidão nos EUA. Então por que não?”

O Vaticano, por sua vez, lembrou em sua página na internet que vários papas já se desculparam pelos abusos cometidos contra os indígenas em nome da evangelização.

Na Espanha, grande parte da classe política reagiu mal ao pedido de López Obrador. Tanto dirigentes do governista Psoe (Partido Socialista Operário Espanhol) quanto da oposição foram críticos à carta enviada ao rei.

— É um erro muito grave que denota uma profunda ignorância. Não se podem julgar acontecimentos de 500 anos com um prisma de 2019. É analisar a história de forma absolutamente errônea — afirmou Antonio Miguel Carmona, dirigente do Psoe.

Uma das poucas vozes destoantes foi a do partido de esquerda Podemos, que saiu em defesa de López Obrador. “Ele tem muita razão em exigir que o rei peça perdão pelos abusos da conquista. Se chegarmos ao poder, haverá um processo de recuperação da memória democrática e colonial que repare as vítimas”, afirmou no Twitter Ione Belarra, porta-voz adjunta do partido no Congresso.

Para Federico Navarrete, o professor de História mexicano, é possível que se trate ainda de uma jogada política de AMLO:

— Além de dar um recado ao seu eleitor, ele mostra que não irá favorecer interesses de empresas espanholas em detrimento de mexicanas, como fizeram os governos anteriores de Enrique Peña Nieto e Felipe Calderón — disse.

O próprio Obrador, um dia depois do vídeo em que explicava o pedido e dizia que que “a chamada conquista foi feita com a espada e a cruz”, foi mais cauteloso nesta terça:

— Vamos agir com muita prudência, não queremos confrontação com o governo da Espanha nem com nenhum governo — disse, afirmando que, como presidente, também se desculparia pelos abusos cometidos contra imigrantes chineses no governo do ditador Porfirio Díaz. — O poder é humildade, não prepotência.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Conselho Nacional de Educação anula parecer que previa investimento mínimo por aluno

Conselheiros alegam que órgão não tinha competência para fazer documento, aprovado em 2010, porque ele cria despesas para o Poder Público

26/03/2019 - 18:46 / Atualizado em 26/03/2019 - 18:47

BRASÍLIA — O Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu nesta terça-feira anular um parecer de 2010, de sua própria autoria, que estabelecia parâmetros para o financiamento adequado para garantir uma educação de qualidade no país.

O órgão entendeu não ter competência para instituir tais diretrizes, uma vez que poderiam gerar despesas para a União.

Embora o parecer nunca tenha sido homologado pelo Ministério da Educação, a Justiça passou a cobrar a aplicação dos conceitos trazidos no documento, como o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno Qualidade (CAQ).

Na prática, a adoção desses parâmetros resultaria na obrigação de um maior financiamento na educação.

Os dois conceitos, CAQi e CAQ, consideram uma série de variáveis — como o número de alunos em sala, a remuneração dos professores e a estrutura das escolas e creches — para definir um valor mínimo de investimento necessário por aluno.

A Justiça de Mato Grosso determinou, no ano passado, que a União definisse os valores de referência e começasse a pagá-los, sob pena de multa de R\$ 100 mil.

Ivan Siqueira, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE, onde o parecer foi anulado, disse que o texto indica gastos adicionais, mas não especifica as fontes, o que levou os membros do colegiado a reverem a posição tomada anteriormente:

— O Conselho Nacional de Educação não tem por incumbência fazer aferição de valores. Esse é o problema do parecer e é o motivo pelo qual ele nunca foi homologado.

Segundo Siqueira, há também uma mudança no cenário nacional e seria "irresponsável" aprovar um parecer de 2010 nove anos depois sem levar isso em consideração.

— Trata-se de um parecer com que muitos concordam, mas nós vivemos em um mundo real — disse Siqueira.

Durante a reunião, os conselheiros defenderam que não se trata de uma revogação, porque o parecer "nem sequer foi homologado".

A decisão desta terça-feira vai contra um entendimento da mesma Câmara, que, em

2010, decidiu adotar os mecanismos de financiamento, sem que o parecer tenha sido referendado pelo Ministério da Educação (MEC). Mas não deixava de ser uma referência para se cobrar mais recursos, inclusive na Justiça.

Na época em que o parecer foi aprovado no CNE, o relator do texto era Mozart Neves, nome que foi especulado para assumir o comando do MEC no começo do governo Bolsonaro, mas que perdeu força após protesto de setores conservadores.

O CAQi e o CAQ foram mencionados no Plano Nacional de Educação (PNE), lei sancionada em 2014 que estabelece diretrizes, metas e estratégias para o setor. De acordo com essa legislação, o CAQi deveria ter sido implementado até 2016 e o CAQ, definido até 2017 e implementado até 2024.

Reunião controversa

Durante o encontro, os membros do colegiado explicaram também que a votação, convocada de forma extraordinária, foi motivada por uma decisão judicial que determinou à União definir o valor do CAQi para embasar o repasse de verbas do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) aos municípios.

A decisão judicial dizia que a deliberação deveria acontecer ainda em março. Segundo o CNE, essa determinação e problemas de agenda dos conselheiros fizeram com que a reunião fosse marcada em caráter de urgência para esta terça-feira.

A reunião coincidiu com a publicação de uma portaria que mudou a composição de uma comissão intersetorial sobre financiamento da educação, retirando o assento do Fórum Nacional da Educação, organização que tem representantes da sociedade civil e do Estado.

O comitê é responsável por assessorar o ministério na definição da viabilidade de investimento dos valores por aluno. Ou seja, analisa se é possível implementar ou não a verba exigida.

*Estagiário sob supervisão de Robson Bonin.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Vélez quer ex-aluno na Secretaria de Educação Básica do MEC

Alexandro Ferreira de Souza assumiria lugar de Tânia Almeida; já para o Inep ministro deve indicar o general Francisco Mamede de Brito Filho

26/03/2019 - 19:34 / Atualizado em 26/03/2019 - 21:08

BRASÍLIA - Antes mesmo de as exonerações pedidas pelo ministro da Educação serem confirmadas pelo Planalto, Ricardo Vélez Rodríguez sinalizou os nomes que devem assumir a Secretaria de Educação Básica e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para a primeira, no lugar de Tânia Almeida, deve ir um ex-aluno do ministro, Alexandro Ferreira de Souza, que acumulará a secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, da qual já é titular. Souza tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela UFJF. Foi na graduação que recebeu orientação de Vélez para fazer o trabalho intitulado de "A tragédia ática: entre o mito e a filosofia". O currículo de Souza aponta que ele é

professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

Já para o lugar de Marcus Vinicius Rodrigues, no Inep, iria Francisco Mamede de Brito Filho, general do Exército. Ele é chefe de gabinete do atual ocupante da pasta, demitido nesta segunda-feira. A Casa Civil ainda analisa o pedido de exoneração de Marcus Vinicius e as possíveis consequências do ato em processos pendentes na autarquia. Mamede é bastante próximo de Marcus Vinicius, que é ligado à ala militar do governo. Aliados ainda tentam reverter a demissão do presidente do Inep, mas quem baterá o martelo final é a Casa Civil.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ex-secretária do MEC diz que demissão é preço que paga por educação de qualidade

Tania Leme de Almeida havia assumido a Secretaria de Educação Básica em janeiro deste ano.

A então secretária de Educação Básica Tania Leme de Almeida em foto de 22 de janeiro, durante a cerimônia de posse dos novos conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE), entre o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodrigues, e o presidente do CNE, Luiz Roberto Liza Curi — Foto: Andre Sousa/MEC

Em reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE) nesta terça-feira (26), a agora ex-secretária Tania Leme de Almeida disse que o pedido de demissão do ministério é um preço a ser pago por uma educação de qualidade e para permitir o andamento dos projetos.

"A gente respira educação, a gente dorme educação, acorda educação, come educação. O quanto custa a gente poder permitir que os projetos tenham andamento? Se isso custa, de repente, eu estar no ministério, que isso possa realmente ser um preço que eu pago. E que a educação possa ser de qualidade no nosso país", disse.

A engenheira e professora pediu demissão do cargo nesta segunda-feira (25). A informação foi confirmada à TV Globo pela assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC). No entanto, a pasta não informou o motivo por trás do pedido de saída.

Mudanças no MEC

Nas últimas semanas, uma série de mudanças foi feita nos cargos do alto escalão do MEC. No dia 11, a Casa Civil publicou, em uma edição extra do "Diário Oficial da União", a exoneração de seis cargos, incluindo o chefe de gabinete do ministro, o secretário-executivo adjunto, três diretores e um assessor especial.

Na mesma edição do DOU, três desses seis cargos receberam nomeações, inclusive o de secretário-executivo adjunto, para o qual Rubens Barreto da Silva foi nomeado.

No dia seguinte, o ministro exonerou Luiz Antônio Tozi do cargo de secretário-executivo, considerado o "número 2" do MEC. Ele indicou, por meio de uma rede social, que seu substituto seria Barreto.

Já no dia 14, Vélez informou que o cargo de Secretária-Executiva seria ocupado por

Iolene Lima, que é ligada a uma igreja batista do Interior de São Paulo e foi diretora de um colégio religioso paulista.

Na época, Vélez não informou se Barreto ocuparia outro cargo na pasta.

Iolene Lima, porém, nunca chegou a ser oficialmente nomeada para o cargo. No dia 22, ela publicou em sua conta no Twitter que não faria mais "parte do grupo do MEC".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Jovens lançam apostila com mais de 30 redações nota mil no Enem 2018

Intenção é inspirar candidatos das próximas edições do exame. Espelhos dos textos estão disponíveis para download.

Lucas Felpi, de 17 anos, foi um dos 55 candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 que tiraram mil na redação. Após entrar em contato com outros alunos que também tiveram esse desempenho de destaque, o estudante de São Paulo (SP) reuniu 31 textos que receberam a nota máxima no exame. O grupo lançou, nesta quarta-feira (27), uma apostila com o material.

O jovem sabia que não seria fácil encontrar 55 brasileiros, em um universo de mais de 4 milhões de participantes do Enem. Mas, com a ajuda de redes sociais e de reportagens publicadas na imprensa, Lucas conseguiu localizar parte desse grupo. "Comecei com apenas três jovens. Fomos pesquisando e aumentando o número de integrantes a cada dia", diz.

No início, ele ainda não sabia o que fazer a partir da reunião de tantos candidatos. Pensou em um vídeo em conjunto, mas a distância geográfica impediria que todos estivessem no mesmo espaço. "Daria muito trabalho. Tive a ideia então de criar uma apostila com os textos nota mil e divulgá-la", relata Lucas.

Espelhos de redações nota mil

No dia 19 de março, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) liberou a consulta aos espelhos da redação - ou seja, às versões digitalizadas dos textos corrigidos. A partir dessa data, Lucas pediu aos outros 30 integrantes do grupo para que enviassem suas produções.

"Transcrevemos cada redação. Nossa intenção é fazer com que nosso resultado inspire os candidatos das próximas edições do Enem. Torcemos para que, no ano que vem, sejam mais de 55 participantes com a nota máxima", diz.

Na expectativa pela vaga

Lucas não precisou se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para pleitear uma vaga na universidade. Ele já havia sido aprovado em engenharia da computação na Universidade de São Paulo (USP) pela Fuvest.

O estudante ainda aguarda o resultado de dez universidades dos Estados Unidos, nas quais se inscreveu.

Redação de Lucas

No livro "1984" de George Orwell, é retratado um futuro distópico em que um Estado totalitário controla e manipula toda forma de registro histórico e contemporâneo, a fim

de moldar a opinião pública a favor dos governantes. Nesse sentido, a narrativa foca na trajetória de Winston, um funcionário do contraditório Ministério da Verdade que diariamente analisa e altera notícias e conteúdos midiáticos para favorecer a imagem do Partido e formar a população através de tal ótica. Fora da ficção, é fato que a realidade apresentada por Orwell pode ser relacionada ao mundo cibernético do século XXI: gradativamente, os algoritmos e sistemas de inteligência artificial corroboram para a restrição de informações disponíveis e para a influência comportamental do público, preso em uma grande bolha sociocultural.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, em função das novas tecnologias, internautas são cada vez mais expostos a uma gama limitada de dados e conteúdos na internet, consequência do desenvolvimento de mecanismos filtradores de informação a partir do uso diário individual. De acordo com o filósofo Zygmund Bauman, vive-se atualmente um período de liberdade ilusória, já que o mundo digitalizado não só possibilitou novas formas de interação com o conhecimento, mas também abriu portas para a manipulação e alienação vistas em “1984”. Assim, os usuários são inconscientemente analisados e lhes é apresentado apenas o mais atrativo para o consumo pessoal.

Por conseguinte, presencia-se um forte poder de influência desses algoritmos no comportamento da coletividade cibernética: ao observar somente o que lhe interessa e o que foi escolhido para ele, o indivíduo tende a continuar consumindo as mesmas coisas e fechar os olhos para a diversidade de opções disponíveis. Em um episódio da série televisiva Black Mirror, por exemplo, um aplicativo pareava pessoas para relacionamentos com base em estatísticas e restringia as possibilidades para apenas as que a máquina indicava – tornando o usuário passivo na escolha. Paralelamente, esse é o objetivo da indústria cultural para os pensadores da Escola de Frankfurt: produzir conteúdos a partir do padrão de gosto do público, para direcioná-lo, torná-lo homogêneo e, logo, facilmente atingível.

Portanto, é mister que o Estado tome providências para amenizar o quadro atual. Para a conscientização da população brasileira a respeito do problema, urge que o Ministério de Educação e Cultura (MEC) crie, por meio de verbas governamentais, campanhas publicitárias nas redes sociais que detalhem o funcionamento dos algoritmos inteligentes nessas ferramentas e advirtam os internautas do perigo da alienação, sugerindo ao interlocutor criar o hábito de buscar informações de fontes variadas e manter em mente o filtro a que ele é submetido. Somente assim, será possível combater a passividade de muitos dos que utilizam a internet no país e, ademais, estourar a bolha que, da mesma forma que o Ministério da Verdade construiu em Winston de “1984”, as novas tecnologias estão construindo nos cidadãos do século XXI.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

CNE diz que não tem competência para fixar valores de custo por aluno

O Conselho Nacional de Educação (CNE) se declarou incompetente “para definir o valor financeiro e precificação do Custo Aluno Qualidade Inicial [CAQi]”. A atribuição foi estabelecida há nove anos pelo próprio CNE, em decisão de sua Câmara de Educação Básica, mas nunca foi efetivada.

O CAQi definiria quanto o país deveria investir no mínimo por aluno ao ano nos níveis de ensino infantil, fundamental e médio das redes públicas de todo o território, em

regra, vinculadas às prefeituras municipais ou aos governos estaduais.

“Não é competência [do CNE] estabelecer valores financeiros. Isso seria inconstitucional. Não sabemos quais são as fontes orçamentárias para que estados, municípios e mesmo a União possam cumprir o que está definido”, disse a relatora do parecer no CNE, Maria Helena de Castro, ex-secretária-executiva do Ministério da Educação.

O parecer foi apresentado hoje (26) em reunião extraordinária na sede do CNE em Brasília e aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes integrantes da Câmara de Educação Básica. Segundo Maria Helena, o conselho não tem meios para estabelecer os valores do CAQi, assim como do Custo Aluno-Qualidade (CAQ). “Não dispomos nem das fontes de receita e nem de acesso às informações orçamentárias do planejamento educacional”.

Além da falta de informações sobre a disponibilidade de recursos, a relatora ressalta que o estabelecimento de valores depende de condições locais. “Qual o número de alunos por sala de aula que vai valer desde o interior do Pará e da Amazônia até o Rio Grande do Sul?”, pergunta “Isso é muito difícil de ser feito porque o Brasil é muito grande e muito desigual”, assinala.

De acordo com Maria Helena de Castro, também é necessário que o Congresso Nacional aprove lei complementar prevista no Artigo nº 23 da Constituição Federal que prevê a fixação de “normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”.

Críticas

A decisão foi criticada em “resposta pública” da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entidade da sociedade civil que na década passada articulou a criação do CAQ e do CAQi.

Para o cientista político Daniel Cara, coordenador da Campanha, o CNE “se eximiu de obrigações”, previstas no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Cara acrescenta que o CNE tomou a decisão para “sair da responsabilidade solidária que tem em diversas ações judiciais que determinam transferências de recursos para estados e municípios”.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC fica à deriva após seis recuos e 15 exonerações

Segundo especialistas em gestão, episódio sobre avaliação de crianças em fase de alfabetização expõe a falta de articulação

BRASÍLIA - Depois de 15 exonerações, medidas polêmicas e seis recuos, o Ministério da Educação (MEC) está à deriva. Nesta terça, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez reviu decisão anunciada no dia anterior pela pasta - sem que ele soubesse -, de não avaliar crianças em fase de alfabetização no País. Segundo especialistas em gestão pública de educação, o episódio mostrou mais uma vez o amadorismo e a falta de articulação do MEC no governo de Jair Bolsonaro.

Vélez tem tido até dificuldade de encontrar quadros para repor os espaços vagos. Nesta

terça, o ex-aluno do ministro Alexandre Ferreira de Souza passou a acumular duas secretarias. Continua com a que ele já comandava, da Educação Profissional e Tecnológica, e será o secretário da Educação Básica, pois a titular anterior, Tania Almeida, pediu demissão porque também não foi avisada da mudança na prova de alfabetização.

Nos últimas semanas, Vélez chegou a anunciar dois nomes de secretários executivos e foi desautorizado pelo Palácio do Planalto. O cargo permanece vago há 15 dias. "Não temos mais interlocutor no MEC, não tem com quem se possa conversar sobre os anseios dos secretários, das escolas do País", diz a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) Cecília Motta, que é secretária de Mato Grosso do Sul. "Precisamos de uma política de Estado, não de governo."

Militar. O general Francisco Mamede de Brito Filho, que tem experiência na área de Defesa e nunca trabalhou com educação, deve assumir o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), que responde pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Brito Filho foi chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste.

"Faz três meses que não temos uma clara orientação sobre qual a política nacional", afirma a ex-secretária executiva do MEC no governo de Michel Temer e de Fernando Henrique Cardoso, Maria Helena Guimarães de Castro. Ela diz que livros e merenda, por exemplo, que são ações de alocação automática de recursos, estão chegando às escolas. Mas não se sabe o que vai acontecer com verbas que seriam destinadas à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou para a reforma do ensino médio, por exemplo.

Há semanas, o MEC enfrenta uma disputa entre os grupos dos seguidores do guru dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho, e os ligados à área técnica e aos militares. A demissão do presidente do Inep, nesta terça, deixou claro o clima que vive a pasta.

À noite, após ser confirmada a exoneração, Marcus Vinicius Rodrigues fez duras críticas ao ministro Ricardo Vélez Rodríguez. "O Brasil precisa de um ministro da Educação que tenha responsabilidade de gestão, competência e experiência", disse ao Estado.

Rodrigues já vinha travando uma disputa interna com Vélez há semanas. Ele conta que discordou da comissão que vai analisar as questões do Enem e tentou barrar integrantes de perfil ideológico e ligados ao filósofo Olavo de Carvalho.

Nesta semana, segundo ele, foi convencido pelo secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, a cancelar a avaliação de alfabetização no País. "Não é um assunto que conheço. Pedi um ofício justificando o pedido." No documento, ao qual o Estado teve acesso, o secretário alega que "a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada".

Vélez não sabia da portaria sobre a avaliação - assinada pelo presidente do Inep - e ficou furioso com a repercussão negativa do caso. Na segunda-feira à tarde, chamou Rodrigues ao gabinete e disse que ele deveria ter pedido autorização ao MEC para assinar o documento. Rodrigues então retrucou, dizendo que o Inep é uma autarquia e tem independência. Os dois discutiram e Vélez pediu a demissão do presidente do Inep.

Rodrigues chegou ao governo por indicação do general Alessio Ribeiro Souto, que atuou na campanha de Bolsonaro. O professor da Fundação Getúlio Vargas também conta com o apoio do general Augusto Heleno, ministro do gabinete de Segurança Institucional. Brito Filho, que deve assumir o posto, é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, entre 2008 e 2009, durante o governo Lula, e comandou o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012.

Duas das exonerações ainda não foram publicadas no Diário Oficial. Alguns dos que saíram foram remanejados para áreas adjacentes do MEC. O Estado apurou ainda que a pasta deverá enfrentar nova onda de mudanças. A informação é de que pelo menos mais 20 pessoas sejam demitidas.

"Tudo isso cria uma situação de muita instabilidade e insegurança na gestão educacional, todo mundo fica na expectativa de qual o próximo fato que vai acontecer", afirma a ex-secretária de Educação do Rio Grande do Sul Mariza Abreu. "É uma pena o que estamos vendo, para as gerações que estão na escola e para as que vão entrar."

Na lista de saída

1. Rodrigo Morais. Assessor 2. Ayrton Pereira Rippel.

Chefe de gabinete

3. Ricardo Roquetti.

Diretor de programa

4. Eduardo Melo (2). Adjunto da Secretaria Executiva

5. Claudio Titericz (2). Adjunto da Secretaria Executiva

6. Tiago Tondinelli (2).

Chefe de gabinete

7. Tiago Levi Diniz Lima.

Diretor da Fundação Joaquim Nabuco

8. Silvio Grimaldo. Assessor

9. Luiz Antonio Tozi.

Secretário executivo do MEC 10. Robson Santos da Silva (2). Assessor

11. Daniel Emer (2). Assessor

12. Osmar Bernardo Junior (2). Assessor

13. Iolene Lima (1). Secretária executiva do MEC

14. Tânia Almeida (1). Secretária de Educação Básica

15. Marcus Vinicius Rodrigues. Presidente do Inep
3 perguntas para Claudia Costin

1. Como a senhora analisa a atual situação do MEC?

Estão prestando um desserviço ao dispersar forças com esses conflitos, idas e voltas, demissões. O Brasil tem uma urgência em melhorar a qualidade da educação. Eu imaginava que o MEC estaria envolvido, dentro da visão deles, em como urgentemente investir nessa melhoria, mas não é o que estamos vendo.

2. Quais deveriam ser as prioridades do MEC?

Uma é implementar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com formação de professores, materiais apropriados. É preciso também rever a forma como o ensino superior prepara os professores. Além de não haver atratividade para a carreira, ela é muito desvinculada da prática. Mas nada disso está andando no ritmo que deveria. Por fim, é papel do governo federal assegurar avaliações para saber se estamos avançando.

3. É possível ver efeitos nas redes e nas escolas?

A vida continua nas redes, mas no mesmo patamar. Nós já batemos em um teto do que dá para fazer. Enquanto o MEC não fizer o papel dele em relação à BNCC, que precisa ser traduzida em currículos estaduais e municipais, e à formação de professor, estaremos avançando a passos muito lentos. Mesmo que defina agora políticas corretas, ainda vai levar tempo para implementá-las. O Brasil precisa pisar no acelerador e fazer ajustes estruturais. Se houver uma equipe técnica sólida, o ministério pode conseguir avançar, mas os sinais não vão nessa direção.

Claudia é diretora do Centro de Inovação em Políticas Educacionais da FGV./
COLABOROU ISABELA PALHARES

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Militar que foi ao Haiti e atuou no GSI no governo Lula deve presidir Inep

O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército e que já atuou como chefe do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste, deve ser o novo presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Ele atualmente é o chefe de gabinete no órgão.

O general entraria no lugar do engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, que foi demitido ontem pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez.

O ex-presidente do Inep foi o responsável por assinar a portaria que indicava que o MEC não mais avaliaria a alfabetização das crianças, revelada ontem pelo Estado. A medida foi revogada nesta terça-feira. A exoneração dele, no entanto, ainda não foi publicada.

O Inep é considerado a autarquia mais importante do MEC porque é responsável pelas avaliações, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e por todos os dados da educação brasileira.

Brito Filho é muito próximo de Rodrigues. Ele serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília, entre os anos 2008 e 2009, durante o governo Lula. Também foi designado a comandar o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012, e comandou a Força de Pacificação no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em 2014.

Ele é graduado em Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras e doutorado em Estudos Superiores de Defesa no Colégio de Guerra do Exército da França. Tem experiência na área de Defesa e atuou em planejamento estratégico, assuntos civis e cooperação civil.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ex-aluno de Vélez assume secretaria da Educação Básica

Ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez Rodríguez, Alexandro Ferreira de Souza assumiu hoje a Secretaria de Educação Básica do MEC (Ministério da Educação). Secretário de Educação Profissional e Tecnológica na pasta, ele vai acumular as duas funções.

Tânia Almeida, que ocupava o posto, deixou o ministério após a publicação de uma portaria que decidia não avaliar as crianças em fase de avaliação. Ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova e afirmou que a "interrupção intempestiva de uma série histórica poderia vir a ter consequências indesejáveis". Na manhã de hoje, o MEC voltou atrás e decidiu manter a avaliação.

Souza possui formação em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, já na graduação, teve a orientação de Vélez para o trabalho "A Tragédia Ática: Entre o Mito e a Filosofia". Ele tem mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela mesma instituição.

Antes de ir para o MEC, Souza atuava como professor da Secretaria de Educação do Espírito Santo.

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

União de esforços revitaliza escola

Um trabalho voluntário deu novo astral à Escola Estadual Francisco de Assis, localizada na região de Viracopos, em Campinas. Para celebrar a primeira reforma feita no colégio em nove anos, os próprios alunos e funcionários da Bresco e de outras empresas parceiras realizaram na manhã do último sábado a pintura da área interna do muro da escola, decoração das paredes com adesivos, plantio de mudas de árvores nativas, além de arrumação e decoração da biblioteca.

A reforma na escola, entregue antes do início do ano letivo, ocorreu graças a uma parceria da Bresco Investimentos com a ONG Parceiros da Educação. “Estou há 18 anos na escola e nunca tínhamos conseguido uma reforma desde 2010. Para nós, essa reforma foi muito boa porque mudou a pintura e deu uma cara nova a tudo. Tivemos o plantio de árvores e fizeram amarelinha, pintaram os muros internos, isso veio para alegrar muito mais o ambiente escolar. Por ser uma escola de periferia é uma escola organizada”,

afirmou a vice diretora, Rosimeire Donizeti Ferreira.

“Esperamos agora que todo mundo preserve. Passei a maior parte da minha vida na escola e ver o pessoal todo contribuindo é muito interessante”, completou a estudante Gabriela Thomaz, de 17 anos, que foi prestigiar a finalização da reforma do colégio.

Recentemente, a escola, beneficiária desde 2017, contava com infraestrutura precária e necessitava de reparos. Para levantar a mão de obra e capital necessários para a recuperação, a Bresco conseguiu apoio de nove empresas parceiras. A iniciativa permitiu a execução de reparos nas instalações elétricas, reforma nos banheiros, pintura interna nas paredes, manutenção de pisos das salas de aula, reforma e pintura da quadra poliesportiva, além da colocação de tela.

A sala de informática também ganhou ar-condicionado. Além disso, foram realizadas intervenções de paisagismo nas áreas verdes. “Os banheiros não davam descarga e estava tudo quebrado, as portas enferrujadas, o chão estava tudo sujo, feio e sem cor”, disse a estudante Nicolly Moura, que adorou o resultado.

Os professores também estavam contentes e engajados com a ação. “Essa reforma torna o ambiente escolar algo mais prazeroso, em que a criança pode se sentir bem à vontade e que faz que tudo se torne mais harmonioso”, comentou a professora Adriana Grecco. “É um fechamento de um sonho realizado”, comentou a coordenadora Beatriz Patt. Alegria também registrada na cara da pequena Maria Luiza da Silva. “Adorei a escola. Ficou mais cheia de vida, mais colorida, da mais vontade de estudar, ficou mais bonita.”

O objetivo da parceria foi contribuir para o aproveitamento escolar dos alunos, melhorando o desempenho de quatro escolas estaduais de Campinas com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil (IDEB) e no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). Durante a implantação do projeto, as escolas são acompanhadas de perto pela ONG Parceiros da Educação, que elabora planos de ação individuais em cada colégio, com base nas maiores defasagens dos alunos.

Esses diagnósticos norteiam as ações que são oferecidas pela Bresco, com foco na formação continuada dos Coordenadores Pedagógicos e professores em língua portuguesa e matemática e na consultoria de gestão para resultados.

“Investir na educação é fundamental, nosso objetivo é fazer com que as escolas tenham um desempenho acima da média em relação às metas de Ideb e Idesp (índices de desenvolvimento da educação no Brasil e em São Paulo, respectivamente), propostas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, respectivamente, sempre respeitando as particularidades de cada uma”, explica Camilla Osborn G. Nogueira Frussa, diretora da Bresco Investimentos.

A meta do Ideb, estabelecida para 2021, pelo Ministério da Educação para os anos iniciais do ensino fundamental é 6,0. Com a parceria, a expectativa é de que as quatro escolas alcancem a meta proposta dois anos antes do previsto, bem como superem as metas estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em relação ao Idesp no mesmo período.

[topo](#) ↕

DIÁRIO DA MANHÃ-RS - CIDADE

MP discute a educação infantil indígena

O cenário da educação infantil oferecida para crianças indígenas dentro e fora das aldeias foi o tema da reunião no Ministério Público nesta segunda-feira (19). Da mesma forma que a população não indígena as famílias com crianças em idade escolar, que vivem em comunidades indígenas, discutem o acesso à educação, e as particularidades do ensino oferecido para crianças das comunidades.

O debate reuniu representantes das Secretárias de Educação de dezenove municípios da região que possuem comunidade indígenas, representantes das coordenadorias regionais de educação, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), lideranças indígenas, representantes do MEC e a Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Passo Fundo, Dr. Ana Cristina Ferrareze Cirne.

Embora, crianças em idade de zero a três anos não tenham obrigatoriedade de estarem freqüentando escolas, e a cultura indígena preserva o contato da mãe com os seus filhos. A situação atual faz que muitas mães kaingang e de outras etnias estão entrando para o mercado de trabalho, e a demanda de vagas nas escolas, e a discussão para criação de instituições de ensino dentro das comunidades vem aumentando. A situação de crianças de quatro a cinco anos, que freqüentam classes da educação infantil também estão no debate. “A educação infantil indígena demanda muita atenção, há uma necessidade de preservar a cultura de origem”, defende a promotora Ana Cristina, que ressalta a necessidade de ter professores e auxiliares capacitados para atender essas crianças.

Segundo o MEC, existe a Rede Nacional de Formação Continuada (RENAFORM), e que existe um fórum estadual de formação continuada, sendo que o Estado coordena essa rede. Dentro dessa rede de formação, a educação indígena possui 5 cursos, sendo uma de especialização de gestão pedagógica de educação escolar indígena, sendo necessário articular com alguma universidade para a disponibilização desse curso.

Estrutura

Além de educadores capacitados e orientados para a preservação da cultura de cada etnia, o grande desafio ainda é a estrutura física das escolas, que é um dos principais problemas enfrentados por diversos municípios da região. Para a coordenadora da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, Marlene Silvestrin, o grande gargalo da educação infantil indígena está na estrutura das escolas.

Em alguns municípios os estudantes indígenas freqüentam escolas regulares, e quando há demanda como no caso de Benjamin Constant do Sul – cuja que resultou na construção da primeira escola exclusivamente indígena do Programa Proinfância do Brasil. Para João Maria Fortes, professor do município de Planalto, a permanência de alunos menores no mesmo ambiente dos alunos maiores atrapalha um pouco o desenvolvimento educacional dessas crianças, sendo necessária estrutura separa, reforçando a necessidade de que sejam disponibilizadas condições adequadas às crianças indígenas. Os representantes da Secretaria Municipal de Educação de Benjamin Constant do Sul, sugeriu que para avançar nesse projeto fosse criada uma comissão para fazer um levantamento da realidade da nossa região e apresentar essa realidade para o MEC/FNDE.

topo ↕

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

Inscrições para o Enem vão de 6 a 17 de maio

Exame, com 4 provas e redação, será realizado nos dias 3 e 10 de novembro

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou ontem o edital do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O exame será realizado nos dias 3 e 10 de novembro. É composto por quatro provas com 45 questões objetivas cada e uma redação de, no máximo, 30 linhas. As inscrições podem ser feitas de 6 a 17 de maio. Para participar, o estudante deve pagar uma taxa de R\$ 85. O pagamento pode ser feito em agências bancárias, casas lotéricas ou nos Correios. Após fazer a inscrição, os estudantes terão até o dia 23 de maio para efetuar o pagamento, respeitando os horários de compensação bancária. Somente após o pagamento a inscrição é confirmada.

Isenção

Quem quiser pedir a isenção da taxa deve fazer a solicitação pela Página do Participante do Enem, a partir das 10h do dia 1º de abril até as 23h59 do dia 10 de abril. No mesmo período, os estudantes isentos no ano passado que faltaram o exame podem apresentar justificativa e solicitar novamente a isenção. Podem solicitar a isenção da taxa os estudantes que estão cursando a última série do ensino médio, em 2019, em escola da rede pública; aqueles que cursaram todo o ensino médio em escola da rede públi

ALFABETIZAÇÃO

Estudantes terão até o dia 23 de maio para efetuar o pagamento da taxa de inscrição

No dia 17 de abril, o Inep vai divulgar a lista, também no portal do Enem, daqueles cujo pedido foi aprovado. Como ocorre em todos os anos, as notas do Enem podem ser usadas para ingressar em instituição pública pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), para obter bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e para obter financiamento pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

topo 

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL

Secretária do MEC pede para sair

A secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, pediu demissão do Ministério da Educação após não ter sido consultada sobre a decisão de suspender a avaliação de alfabetização. Esta é a terceira baixa no alto escalão da pasta. A publicação ontem da portaria com mudanças no sistema de avaliação foi a gota d'água para o desligamento. Tania já havia pedido desligamento da pasta na semana passada mas foi convencida pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez a ficar.

A secretária também vinha sendo atacada, dentro e fora do MEC, pela ala ligada ao escritor Olavo de Carvalho. Ela chegou ao MEC por indicação do ex-secretário executivo da pasta, Luiz Antonio Tozi. Tozi acabou demitido por Vélez após pressão de olavistas chegar ao presidente Jair Bolsonaro (PSL). Alunos do escritor foram atingidos por um processo de mudanças de cargos na pasta e passaram a atacar o ministro e exigir demissões. O MEC decidiu não avaliar este ano o nível de alfabetização das crianças brasileiras. Resultados anteriores têm mostrado que mais da metade dos alunos de 8 anos não consegue localizar informações em textos de literatura infantil ou escrever corretamente palavras como lousa e professor. Por causa do desempenho preocupante das crianças, a gestão de Michel Temer anunciou em 2018 que passaria a checar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade (2º ano do ensino fundamental). A prova

seria aplicada em outubro. No entanto, a portaria do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pelos exames, exclui as crianças de 7 anos das provas nacionais. Elas também não farão os exames de Matemática. Em nota publicada no seu site, o Inep afirmou que "avaliação da alfabetização, conforme solicitação da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação (MEC), foi adiada para 2021, quando as escolas de todo país tiverem implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

topo ↕

AÇÃO POPULAR - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

“Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo”, diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

“Apareceu como um ovo de Colombo”, diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

“Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika”, diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas – conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

Mãe segura bebê com microcefalia
A corrida por uma vacina começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença era a causa do surto de bebês com microcefalia

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. A estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe

no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. “Então resolvemos testar essa hipótese”, afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Aedes Aegypti O Aedes aegypti é o mosquito transmissor da zika e da febre amarela

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

“Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro”, explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

“Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte”, considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. “Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado”, diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado – e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

ALAGOAS 24hs - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro
Pesquisa concluiu que a vacina protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, prevenindo deficiências neurológicas.

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

“Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo”, diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira (25).

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

“Apareceu como um ovo de Colombo”, diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

“Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika”, diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas – conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves problemas que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. As estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. “Então resolvemos testar essa hipótese”, afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

“Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro”, explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

“Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte”, considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. “Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado”, diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado – e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Fonte: BBC Brasil

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro
O Aedes aegypti é o mosquito transmissor da zika e da febre amarela Imagem: iStock

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

"Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo", diz o médico Jerson Lima

Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

"Apareceu como um ovo de Colombo", diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

"Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika", diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas - conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. A estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. "Então resolvemos testar essa hipótese", afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

"Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro", explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

"Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte", considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. "Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado", diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado - e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo 

CLICKPB - TEMPO REAL

Estudo brasileiro indica que a vacina da febre amarela pode proteger contra zika. A pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

"Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo", diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira (25).

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

"Apareceu como um ovo de Colombo", diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

"Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika", diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas - conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves problemas que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. A estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. "Então resolvemos testar essa hipótese", afirma o professor da UFRJ.

O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

"Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro", explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

"Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte", considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. "Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado", diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado - e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro
Pesquisa concluiu que a vacina protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, prevenindo deficiências neurológicas.

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

"Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo", diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira (25).

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

"Apareceu como um ovo de Colombo", diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

"Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika", diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas - conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves problemas que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. A estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. "Então resolvemos testar essa hipótese", afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

"Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro", explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

"Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a

vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte", considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. "Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado", diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado - e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro Pesquisa concluiu que a vacina protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, prevenindo deficiências neurológicas.

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

"Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo", diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira (25).

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

"Apareceu como um ovo de Colombo", diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

"Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika", diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas – conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves problemas que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. A estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. “Então resolvemos testar essa hipótese”, afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

“Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro”, explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

“Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte”, considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. “Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado”, diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado – e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos

testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro **Pesquisa concluiu que a vacina protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, prevenindo deficiências neurológicas.**

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

"Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo", diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

"Apareceu como um ovo de Colombo", diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

"Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika", diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas - conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. A estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. "Então resolvemos testar essa hipótese", afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

"Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro", explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

"Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte", considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. "Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado", diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado - e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro

Pesquisa concluiu que a vacina protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, prevenindo deficiências neurológicas.

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

"Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo", diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

"Apareceu como um ovo de Colombo", diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

"Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika", diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas - conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. As estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. "Então resolvemos testar essa hipótese", afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

"Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro", explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

"Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte", considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. "Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado", diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado - e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão

Ministério confirmou pedido de Tânia Leme de Almeida

A secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão hoje (25) do cargo. Em uma breve nota, o Ministério da Educação confirmou "o pedido de demissão".

A Secretaria de Educação Básica é responsável pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio.

Com mestrado e doutorado em engenharia civil-hidráulica, Tânia de Almeida pesquisa gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, solos contaminados, metais pesados e aterro sanitário.

A professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em São Paulo, Tânia de Almeida desenvolve experiências profissionais também no Laboratório de Química Ambiental da Universidade de São Paulo (USP).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

ANÁLISE: País fica sem termômetro da aprendizagem

É muito preocupante a solicitação do MEC para que o Inep adie a aplicação da avaliação de alfabetização, que ocorreria neste ano

Garantir que as crianças estejam alfabetizadas na idade certa é fundamental para que possam seguir aprendendo ao longo de toda a sua trajetória escolar. Uma conquista recente nesse campo foi a Avaliação Nacional da Alfabetização. A média nacional é indecente: 55% dos alunos não tem nível satisfatório em Leitura. Mas em algumas escolas, municípios e até Estados inteiros esse resultado é muito maior, o que tem motivado estudos e análises em grande quantidade para deciframos as razões: as evidências. Por sua vez, essas evidências tem sido valiosas para a modelagem e a melhor implementação de políticas. Afinal, resultados de avaliações não são meros números, sua função é promover melhorias constantes nas políticas públicas.

Pautar a gestão pública em evidências, além de imperativo para melhores resultados, é um dos princípios determinados pela política de governança da administração pública federal (Decreto 9.203/2017). Por tudo isso, é muito preocupante a solicitação da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) adie a aplicação da avaliação de alfabetização, que ocorreria neste ano. Esse encaminhamento é inconsistente com a prioridade à alfabetização prometida nos cem primeiros dias da atual gestão federal. Caso a avaliação seja feita em 2021, o resultado só sairá em 2022, já no fim desta gestão. Não teremos os resultados de 2019 como linha de base para avaliarmos os impactos de uma eventual política nacional de alfabetização. Uma avaliação de larga escala necessita de série histórica e periodicidade para promover melhorias.

Ainda mais preocupante são as justificativas para o adiamento: esperar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ajustar a avaliação às políticas de alfabetização propostas pela atual gestão com ênfase no método fônico. Em primeiro lugar, não se interrompe um processo avaliativo quando há novas políticas. Ao contrário, é sua constância que poderá aferir os impactos de novas estratégias. Em segundo lugar, é um grande equívoco o MEC, um órgão coordenador, impor uma metodologia para a alfabetização e pautar a avaliação em larga escala a partir disso. Os estudos indicam justamente o contrário, que os professores precisam de formação para conduzir em sala de aula várias metodologias, afinal cada estudante responde de maneira diferente ao processo de alfabetização e as salas de aula são muito heterogêneas.

O MEC precisa entender, de uma vez por todas, seu papel nas políticas educacionais, que certamente não passa por impor metodologias de ensino às escolas. Menos Brasília, mais Brasil. A avaliação da alfabetização não pode parar.

* É presidente-executiva do Todos pela Educação

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC

BRASÍLIA - A secretária de Educação Básica, Tania Leme de Almeida, pediu demissão do Ministério da Educação (MEC) após não ter sido consultada sobre a decisão de suspender a avaliação de alfabetização.

Esta é a terceira baixa no alto escalão da pasta. A publicação da portaria com mudanças no sistema de avaliação, no "Diário Oficial da União" nesta segunda-feira (25), foi a gota d'água para o desligamento.

Tania já havia pedido desligamento da pasta na semana passada, mas foi convencida pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez a ficar mais tempo.

A secretária também vinha sendo atacada, dentro e fora do MEC, pela ala ligada ao escritor Olavo de Carvalho. Ela chegou ao MEC por indicação do ex-secretário executivo da pasta, Luiz Antonio Tozi. Tozi acabou demitido por Vélez após pressão de olavistas. Alunos do escritor foram atingidos por um processo de mudanças de cargos na pasta e passaram a atacar o ministro e exigir demissões.

A suspensão da prova de alfabetização não havia sido discutida internamente no MEC. Além disso, Tozi e Tania eram quem mantinham conversas com representantes das secretarias de Educação dos Estados e municípios.

Foi o próprio secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, quem pediu ao Instituto Nacional de Estudos Educacionais (Inep) a suspensão da avaliação. Nadalim é ex-aluno de Olavo de Carvalho e indicado ao cargo por ele. Nadalim também é o autor da minuta de alfabetização.

Além de Tania e Tozi, o ministro também demitiu um de seus assessores mais próximos, Ricardo Roquetti, também por pressão dos olavistas. A própria permanência de Vélez é tida como incerta.

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Com retaliações e esvaziamentos, Bolsonaro asfixia produção cultural

A área dá sinais de paralisia em todo o País, fruto de uma estratégia do governo de minar quem o critica

Parcialmente paralisada em todo o País, a produção cultural brasileira pode terminar este ano emparelhando um recorde histórico: tem grande chance de superar em inanição o pior momento desde a redemocratização do País, após a ditadura civil-militar: os anos Collor, no início da década de 1990.

Empenhado em retaliar o setor que, historicamente, mais oferece resistência aos regimes autoritários, o governo Bolsonaro iniciou sua gestão aniquilando o Ministério da Cultura e embutindo a pasta em um abstrato Ministério da Cidadania. Em seguida, passou a desautorizar os entes culturais, inibindo a ação cotidiana de organismos de fomento e estímulo.

A primeira ação efetiva deste governo será conhecida em breve. Deve ser publicada nos próximos dias uma Instrução Normativa do governo Bolsonaro modificando a Lei Rouanet. Dependendo do conteúdo, o processo de aniquilamento cultural em curso pode se intensificar. Um indicativo disso foi a composição da nova Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que tomou posse na segunda-feira 18. À CNIC cabe analisar os pedidos de candidatos aos recursos incentivados da Lei Rouanet, é a comissão de seleção de projetos (aprovaria 227 já na terça-feira 19).

A nova CNIC tem quatro integrantes nomeados pelo próprio ministro da Cidadania, Osmar Terra, incluindo todos os da área de música, agora formada por consultores. Na área de audiovisual, todos os representantes pertencem ao ramo de jogos eletrônicos. Há uma pulverização geral. Por seu turno, a nova redação da Lei Rouanet vai centrar-se na mudança dos limites, os tetos de autorização para o produtor captar, coisa que já foi feita no primeiro ano da gestão de Michel Temer, quando o ministro era Roberto Freire, e logo restabelecida pelo seu sucessor, Sergio Sá Leitão.

O cancelamento do apoio das estatais pode estrangular a produção de grandes obras

A mudança que o ministro Terra vem alardeando é a seguinte: o teto máximo cai de 60 milhões de reais para 10 milhões e o percentual obrigatório de ingressos gratuitos de projetos incentivados vai de 10% a 20% e 40%. A mudança, na verdade, atende a diagnóstico defeituoso do presidente da República, que pretende atingir críticos do seu governo – chegou a se referir veladamente, no Carnaval, a Caetano Veloso e Daniela Mercury. A cantora propôs a Bolsonaro dar-lhe uma aula de como funciona o incentivo e o motivo dos seus equívocos: primeiro, a legislação fixa o pagamento máximo de 30 mil reais por artista a título de cachê; segundo, quem mais utiliza a lei são instituições financeiras, grandes produtores e institutos privados.

Bolsonaro, que mostra livro encomendado pelo extinto MinC como sendo do MEC, atua para minar a área cultural

Já a paralisia é uma realidade presente. Uma simples consulta ao Orçamento da União evidencia as cifras da penosa lentidão da área cultural. Até 17 de março, o Fundo Nacional de Cultura (FNC) havia pago 8,1 milhões de reais (que inclui a rubrica “restos a pagar”), uma fração ínfima perto do que foi aprovado na lei orçamentária, um total de 1,4 bilhão de reais. O valor executado é ainda menor, 67,3 mil reais. Nem o mais otimista dos otimistas acredita que o governo Bolsonaro possa alcançar minimamente a média de 662,6 milhões de reais que o FNC liberou nos últimos cinco anos. Principal mecanismo de financiamento de programas, projetos e ações culturais, o FNC chegou a ser ameaçado por Temer perto do fim do mandato. Diante dos protestos da classe artística, o ex-presidente sancionou a MP nº 846, com status de lei, que restabelecia a destinação de recursos das loterias para esse fundo.

Embora a Cultura tenha sido fagocitada pelo Ministério da Cidadania, numa fusão com as pastas do Esporte e do Desenvolvimento Social, os antigos órgãos do MinC continuam a receber dotações com as mesmas rubricas. Nenhuma delas chegou a executar mais de 15% do previsto na lei orçamentária. A Fundação Biblioteca Nacional (15,2 milhões de reais ante o orçamento de 104,8 milhões) e a Fundação Casa de Rui Barbosa (6,9 milhões de reais) têm se empenhado mais em utilizar seus recursos. Já o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que tem um orçamento

previsto de 517 milhões de reais, executou apenas 39,3 milhões.

Devagar, quase parando

As consequências dessa quase paralisia já começam a ser sentidas. O cinema, por exemplo, começa a esboçar seu drama particular. Pela primeira vez desde a extinção da Embrafilme, também nos anos Collor, o cinema brasileiro vive um impasse produtivo inusitado. Embora tenha recursos garantidos, a Ancine encontra-se em ritmo de “devagar, quase parando”. A agência executou até agora 17,7 milhões de reais, pouco mais de 10% do que poderá gastar até o fim deste ano. Editais em compasso de espera, produções engavetadas, mercado em estado de suspensão, cadeia produtiva ociosa.

No dia 13 de março, foi divulgada no Diário Oficial da União a agenda da Ancine para o biênio 2018-2020, com o intuito de “aperfeiçoar o processo regulatório” do órgão. Entre as definições, boa parte direcionada para mostrar simetria com os interesses do novo governo (como a destinação de recursos públicos para a produção de jogos eletrônicos), está a “revisão das definições normativas e legais envolvendo orçamento de obras audiovisuais”. A intenção de criar “novas regras” está expressa em todo o documento, mas não se diz a que se destinam essas novas regras.

Mas, se o leitor for a uma resolução da Ancine publicada um dia antes, em 12 de março, vai descobrir que a agência determinou uma maciça análise de mercado de forma a relacionar o fomento à expectativa econômica dos filmes. Voltada para análises econômicas e de negócios, a resolução também fala em “desenvolver modelos de apoio aos processos de tomada de decisão nas áreas de fomento e regulação da Ancine”. A paralisia momentânea da Ancine soma-se a decisão da Petrobras de retirar patrocínio do cinema e outras áreas artísticas, condenando boa parte dos festivais de cinema do País.

Patrocínios estatais, como o da Petrobras que incentiva o Grupo Corpo, tornaram-se mola propulsora para financiar espetáculos

Respondendo à demanda da reportagem de CartaCapital, o Ministério da Cidadania afirmou que “está trabalhando em ajustes para que os recursos públicos destinados à área cultural, em especial aqueles advindos de renúncia fiscal por meio da Lei de Incentivo à Cultura, sejam destinados a projetos culturais médios e pequenos de diferentes regiões do país”. O ministério parece ignorar que os projetos captam recursos na iniciativa privada, e não basta querer que os recursos sejam direcionados para este ou aquele tipo de produção. Em geral, os pequenos nunca tiveram chance em face da capacidade de captação dos grandes produtores, e esse é o impasse histórico da Lei Rouanet (foram apenas 63 milhões de reais captados em 2019, e isso se deve a processos já em andamento do ano passado).

Tudo se torna mais preocupante se se considerar o fato de que o governo anunciou o cancelamento de apoios tradicionais também das principais estatais, além da Petrobras, BNDES, Caixa Econômica Federal, Correios e Banco do Brasil, entre outras, que têm contribuído decisivamente para o desenvolvimento e manutenção do aparato de companhias artísticas e a produção cultural (festivais de cinema, teatro, dança). Estimados em mais de 130 milhões de reais, esses recursos estão sendo direcionados para outras áreas. Há companhias que enfrentarão sérias dificuldades, outras fecharão (a CEF não investiu um centavo até agora, por incentivo fiscal; o mesmo acontece com os Correios e o BNDES).

Com receio de sofrerem perseguição política, alguns grupos e companhias que recebem patrocínios estatais alegaram agenda lotadas ou que ainda não gostariam de se manifestar publicamente sobre o assunto.

A nota da Assessoria de Comunicação sugere que o Ministério da Cidadania poderá interceder para pedir às estatais que usem a Lei Rouanet, embora isso não fique explicitado. “Nesse esforço, o ministro da Cidadania, Osmar Terra, já realizou conversas com o Banco do Brasil, BNDES, Petrobras, Caixa Econômica Federal e Eletrobras para estabelecer parcerias com as estatais com foco em editais voltados para o incentivo à cultura regional”, afirma a assessoria.

Ao mesmo tempo que se equilibra nesse pêndulo de desinteresses nacionais, a Secretaria Especial da Cultura (que gere o que sobrou do MinC) também se vê às voltas com as contradições típicas do discurso esquizofrênico de Bolsonaro. Ironicamente, é a instituição a quem foi confiada a tarefa de preparar os eventos culturais da reunião do bloco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em setembro e novembro. O secretário, Henrique Pires, anunciou um festival de cinema multinacional. A 11ª Cúpula dos Chefes de Estado dos BRICS acontece no Brasil e coloca em cena as recentes diatribes da loucademia diplomática do Brasil, cujo ranço ideológico a levou a atacar seu maior parceiro comercial, a China. É quando o impulso de destruição tem de conviver com a própria expressão da civilidade, que é a cultura.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC recua e desiste de suspender avaliação da alfabetização até 2021

Nessa segunda-feira (25/3), a pasta anunciou que não avaliaria a qualidade da alfabetização de crianças do 2º ano do ensino fundamental, que ficariam de fora das provas do Saeb

Em mais uma decisão “ioiô” e com a repercussão negativa, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que suspendia a avaliação da alfabetização das crianças no país até 2021. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), nesta terça-feira (26/3).

Nessa segunda-feira (25/3), em mais um capítulo da confusão evidente em que a pasta se encontra, a secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão após não ter sido informada sobre a medida de suspensão da avaliação da alfabetização, mesmo sendo a responsável pela área. Esta é a terceira baixa na pasta do MEC. Nos próximos dias, a previsão é de que outros funcionários possam ser exonerados ou realocados.

A decisão de suspensão das provas para as crianças, pegou de surpresa profissionais que trabalham na área da educação básica, que criticaram o longo vácuo que seria deixado na análise da alfabetização.

A pasta desistiria de avaliar a qualidade da alfabetização de crianças do 2º ano do ensino fundamental, que ficariam de fora das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Seriam mantidas as avaliações para os estudantes do fim dos ciclos do ensino fundamental, ou seja, 5º ano e 9º ano, e do ensino médio, no 3º ano.

A justificativa do governo era de que, em dois anos, as escolas de todo o país teriam

implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estariam ajustadas às políticas de alfabetização propostas pela referida Secretaria. Com isso, a portaria publicada em dezembro sobre o assunto, ainda no governo Temer, perderia a validade. O documento previa realizar neste ano um diagnóstico precoce das áreas de maior defasagem antecipando a avaliação aos alunos do segundo ano do Ensino Fundamental, aos sete anos de idade.

A medida de Temer tomou como base o desempenho preocupante das crianças medido pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) 2016, que mostrou que 54% dos alunos de oito anos não conseguem fazer cálculos e não consegue localizar informações em textos de literatura infantil ou escrever corretamente palavras da língua portuguesa.

Procurado, o Inep não respondeu qual será o tipo de avaliação que medirá o conhecimento das crianças da alfabetização neste ano.

Disputa entre militares e técnicos

O MEC se vê envolto em uma briga ideológica e disputa entre militares e técnicos. Em meio a um embate inflamado com o filósofo Olavo de Carvalho, considerado o guru de Bolsonaro e responsável pela indicação do próprio ministro, Vêlez foi obrigado a demitir vários de seus auxiliares.

No último dia 12, o “número dois” da pasta, o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi foi exonerado. Inicialmente, estava prevista a transferência do cargo para Rubens Barreto da Silva, também nomeado recentemente para o cargo de Secretário Executivo Adjunto.

No entanto, pressões internas não o deixaram sequer assumir o cargo, que nem chegou a ser publicado no Diário Oficial da União (DOU). No dia 14, após voltar de uma viagem, o ministro confirmou por meio das redes sociais que o cargo ficaria com a pastora Iolene Lima. A nomeação dela também não foi chancelada pela Casa Civil.

Outros seis funcionários do alto escalão do Ministério da Educação, foram exonerados. Ao que parece, o ministro Vêlez está desautorizado a nomear integrantes da equipe, e apesar do presidente Bolsonaro afirmar que Vêlez continua à frente da pasta, fontes internas dizem que há uma pressão pela troca do ministro, que estaria atuando em prorrogação.

O professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Ocimar Alavarse defende que o que se tem é uma lacuna que persiste em quase três meses de governo. “O secretário executivo é pessoa chave e ainda não se sabe ao certo quem vai ser. O foco do governo deve ser na aprendizagem, na falta de material didático, financiamento, escolas sem estrutura. Mas pelo que estamos assistindo, o MEC virou coluna social”.

O vice-presidente Hamilton Mourão, se pronunciou na semana passada sobre as seguidas confusões na pasta e afirmou que o MEC precisa de um “freio de arrumação”. Quando isso ocorrerá, ainda não se sabe.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Atrito com Vélz pode levar a exoneração do presidente do Inep

A demissão dele foi pedida pelo ministro Vélz ao presidente Jair Bolsonaro. Marcus Vinicius solicitou ao motorista da autarquia que não fosse buscá-lo em casa, dizem fontes

Aumentam as chances do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, deixar o cargo. Ele pode ser exonerado após entrar em atrito com o ministro da Educação, Ricardo Vélz. De acordo com uma fonte da alta cúpula do Inep, Marcus Vinicius solicitou que o motorista da instituição não fosse buscá-lo em casa, nesta terça-feira (26/3).

A demissão dele foi pedida pelo ministro Vélz ao presidente Jair Bolsonaro. A exoneração deve ser publicada em uma edição extra do Diário Oficial da União. Entre os assuntos que amargaram os ânimos entre o ministro e o presidente do Inep está a suspensão da avaliação de aprendizagem de crianças do ensino fundamental - decisão que já foi revogada.

A reportagem procurou o Ministério da Educação (MEC), para que a pasta comente o caso, e aguarda resposta.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Avaliação da educação básica com alunos em fase de alfabetização é adiada. Ministério da Educação afirma que não teria tempo para preparar as provas do Saeb para os alunos mais novos. A avaliação da alfabetização brasileira foi adiada para o Saeb 2021.

O Ministério da Educação adiou a entrada de alunos em fase de alfabetização no Sistema de Avaliação da Educação Básica. Para eles, a prova só vai ser aplicada a partir de 2021.

Alguns estudantes estão num dos momentos mais importantes da vida: estão aprendendo a ler e a escrever e a fazer as primeiras contas de matemática. Eles estão no segundo ano do Ensino Fundamental e deveriam fazer um exame do Ministério da Educação para verificação do nível de aprendizagem.

O plano, decidido pelo MEC em 2018, era aplicar provas de português e matemática para as crianças e assim verificar mais cedo o nível de aprendizagem. Esses estudantes seriam incluídos, pela primeira vez, no Saeb, o Sistema de Avaliação da Educação Básica. A última Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), em 2016, revelou que 55% dos alunos um pouco mais velhos, de 8 anos, não tinham conhecimentos básicos: enfrentavam dificuldades para reconhecer figuras geométricas, interpretar textos e escrever palavras com mais de uma sílaba.

O Saeb é aplicado a cada dois anos. O MEC decidiu adiar a mudança que incluiria os alunos do segundo ano e manteve a avaliação para os alunos mais velhos. Como nos exames anteriores, farão as provas de matemática e português os alunos do quinto e nono ano do Ensino Fundamental, e os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio. O exame vale para alunos da rede pública e parte da rede privada.

O Ministério da Educação argumenta que não daria para preparar as provas para os alunos mais novos e que “a avaliação da alfabetização brasileira foi adiada para o Saeb 2021, quando as escolas de todo país tiverem implantado a nova Base Nacional Comum

Curricular e estiverem ajustadas às políticas de alfabetização desse governo”.

A organização Todos pela Educação considera que adiar a avaliação das crianças é um erro.

“A gente teve a última em 2016. Pela portaria, a próxima será só em 2021. Então é uma distância, uma lacuna gigantesca. Vamos ficar todo esse tempo sem saber se as políticas que estão sendo implementadas lá na ponta, nas escolas, estão dando resultado ou não”, disse Priscila Cruz, da Todos Pela Educação.

O MEC também decidiu que o Fórum Nacional de Educação, que reúne entidades da sociedade civil ligadas ao setor, não fará mais parte do comitê permanente de avaliação de custos na Educação Básica, que tem, entre outras atribuições, a definição do destino do dinheiro reservado para a educação. Para o lugar do Fórum no comitê de custos será indicado um representante do Ministério da Economia.

Na noite desta segunda-feira (25), a secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão. O Ministério da Educação não explicou os motivos.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização
O ministro Ricardo Vélez Rodríguez disse não ter sido consultado sobre a mudança e tornou sem efeito a medida**

Após polêmica, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que deixava de avaliar as crianças de 7 anos, em fase de alfabetização. O documento que tornou a medida sem efeito foi assinado pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ele não teria sido consultado sobre a mudança, que foi noticiada com exclusividade nessa segunda-feira (25/3) pelo Estado.

Um ofício enviado ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), obtido pelo Estado, mostra o pedido do secretário de Alfabetização, Carlos Nadalin, pedindo a mudança. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que estava sendo discutida no MEC. O texto diz que “a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada”. Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2º ano do fundamental.

Nadalin é considerado do grupo que tem conexões. Nadalin é dono de uma escola em Londrina, a Mundo Balão Mágico, e antes de ir para o MEC divulgava vídeos pela internet de como alfabetizar as crianças.

Foi ele também quem elaborou a minuta do decreto revelada pelo Estado na semana passada sobre uma política de alfabetização no país. O documento, assim como Nadalin, defende o método fônico, considerado antiquado e limitador por muitos especialistas. A minuta do decreto do MEC também previa que as crianças estejam alfabetizadas até o fim do 1º ano do fundamental.

A decisão do MEC de segunda-feira foi recebida com muitas críticas por secretários de educação e pela comunidade educacional em geral. A alfabetização é considerada o momento mais importante da educação de uma criança. Especialistas enfatizam que um aluno alfabetizado de maneira insuficiente dificilmente terá condição de continuar

aprendendo na escola.

Sem avaliação neste ano, perde-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando. A alfabetização havia sido medida em 2014 e 2016 e deveria voltar só em 2021.

Demissão

Depois do anúncio de que não seria feita a avaliação da alfabetização, a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, anunciou que deixará o Ministério da Educação (MEC). Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova para crianças de 7 anos. Tânia e a equipe mais próxima discordam da medida e deixavam isso claro nas discussões do grupo de trabalho sobre alfabetização no MEC.

Tânia Almeida prepara uma nota para informar sobre a saída. Ela foi diretora em uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista. A secretária fazia parte do grupo técnico do MEC, que já teve outras baixas.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC

Tânia Almeida e sua equipe mais próxima discordam da medida tomada pela pasta de não mais avaliar a alfabetização

Depois da desistência de se avaliar a alfabetização, a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, deixará o Ministério da Educação (MEC). Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova para crianças de 7 anos. Tânia e sua equipe mais próxima discordam da medida e deixavam isso claro nas discussões do grupo de trabalho sobre alfabetização no MEC.

Segundo fontes, o próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez também não sabia da mudança. Há informações de que ele estaria descontente com o presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, que teria aprovado a medida sem consultá-lo.

Tânia Almeida prepara uma nota para informar sobre a sua saída. Ela foi diretora em uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista. A secretária fazia parte do grupo técnico do MEC, que já teve outras baixas.

Sem secretário-executivo

Na semana passada, Iolene Lima, que era diretora de formação e muito próxima de Tânia, foi demitida. Ela tinha sido anunciada pelo ministro Vélez como substituta para o cargo de secretário-executivo, que agora está vago.

O secretário-executivo até então era Luiz Antonio Tozi, também ex-dirigente do Centro Paula Souza, que foi demitido a pedido do presidente Jair Bolsonaro. O grupo técnico tem rivalizado internamente com os simpatizantes de Olavo de Carvalho, considerado o guru dos bolsonaristas. Foram eles que defenderam a mudança na avaliação nacional.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Secretária pede demissão do MEC após desistência de avaliar alfabetização

Mesmo sendo a responsável pela área de educação básica, Tânia Almeida não tinha sido informada sobre mudança na prova para crianças de 7 anos.

Depois da desistência de se avaliar a alfabetização, a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, deixará o Ministério da Educação (MEC). Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova para crianças de 7 anos. Tânia e sua equipe mais próxima discordam da medida e deixavam isso claro nas discussões do grupo de trabalho sobre alfabetização no MEC.

Segundo fontes, o próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez também não sabia da mudança. Há informações de que ele estaria descontente com o presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, que teria aprovado a medida sem consultá-lo. Os dois estão em reunião nesta segunda-feira.

Ela prepara uma nota para informar sobre a sua saída. Tânia foi diretora em uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista. Ela fazia parte do grupo técnico do MEC, que já teve outras baixas.

Na semana passada, Iolene Lima, que era diretora de formação e muito próxima de Tânia, foi demitida. Ela tinha sido anunciada pelo ministro Vélez como substituta para o cargo de secretário executivo, que agora está vaga.

O secretário executivo até então era Luiz Antonio Tozi, também ex-dirigente do Centro Paula Souza, que foi demitido a pedido do presidente Jair Bolsonaro. O grupo técnico tem rivalizado internamente com os simpatizantes de Olavo de Carvalho, considerado o guru dos bolsonaristas. Foram eles que defenderam a mudança na avaliação nacional.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC revoga portaria que suspende avaliação do nível de alfabetização Notícia da desistência da prova teve impacto negativo e pegou de surpresa até integrantes da pasta que trabalham na área de educação básica

São Paulo – O Ministério da Educação (MEC) voltou atrás da sua decisão de suspender por dois anos a avaliação do nível de alfabetização das crianças brasileiras, segundo publicação desta terça-feira, 26, no Diário Oficial da União (DOU). A decisão anterior havia sido publicada no DOU desta segunda-feira (25) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão responsável pelos exames do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

A notícia da desistência de se avaliar a alfabetização teve um impacto negativo e pegou de surpresa até integrantes da pasta que trabalham na área de educação básica, segundo fontes ouvidas pela imprensa. De acordo com as informações, o próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez também não sabia da mudança.

Na noite de ontem, foi noticiado que a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, deixaria o Ministério da Educação (MEC). Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova para crianças de 7 anos. Tânia e sua equipe mais próxima discordam da medida e deixavam isso claro nas discussões do grupo de trabalho sobre alfabetização no MEC.

Na semana passada, Iolene Lima, que era diretora de formação e muito próxima de Tânia, foi demitida oito dias depois da sua nomeação. Ela tinha sido anunciada pelo ministro Vélez como substituta para o cargo de secretário executivo, que agora está vaga.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica pede demissão do MEC

Depois da desistência de se avaliar a alfabetização, a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, deixará o Ministério da Educação (MEC). Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova para crianças de 7 anos. Tânia e sua equipe mais próxima discordam da medida e deixavam isso claro nas discussões do grupo de trabalho sobre alfabetização no MEC.

Segundo fontes, o próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez também não sabia da mudança. Há informações de que ele estaria descontente com o presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, que teria aprovado a medida sem consultá-lo. Os dois estão em reunião nesta segunda-feira.

Ela prepara uma nota para informar sobre a sua saída. Tânia foi diretora em uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista. Ela fazia parte do grupo técnico do MEC, que já teve outras baixas.

Na semana passada, Iolene Lima, que era diretora de formação e muito próxima de Tânia, foi demitida. Ela tinha sido anunciada pelo ministro Vélez como substituta para o cargo de secretário executivo, que agora está vaga.

O secretário executivo até então era Luiz Antonio Tozi, também ex-dirigente do Centro Paula Souza, que foi demitido a pedido do presidente Jair Bolsonaro. O grupo técnico tem rivalizado internamente com os simpatizantes de Olavo de Carvalho, considerado o guru dos bolsonaristas. Foram eles que defenderam a mudança na avaliação nacional.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão

A secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão hoje (25) do cargo. Em uma breve nota, o Ministério da Educação confirmou “o pedido de demissão”.

A Secretaria de Educação Básica é responsável pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio.

Com mestrado e doutorado em engenharia civil-hidráulica, Tânia de Almeida pesquisa gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, solos contaminados, metais pesados e aterro sanitário.

A professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em São Paulo, Tânia de Almeida desenvolve experiências profissionais também no Laboratório de Química Ambiental da Universidade de São Paulo (USP).

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização

Após polêmica, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que deixava de avaliar as crianças de 7 anos, em fase de alfabetização. O documento que tornou a medida sem efeito foi assinado pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ele não foi consultado sobre a mudança, noticiada com exclusividade nesta segunda-feira, 25,

pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Por causa disso, Vélez demitiu o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Marcos Vinicius Rodrigues. Os dois discutiram rispidamente nesta segunda-feira em reunião que tratou da desistência em avaliar o nível de alfabetização das crianças. A demissão ainda não foi confirmada oficialmente e estaria aguardando decisão do presidente Jair Bolsonaro. Rodrigues é ex-professor da Fundação Getulio Vargas e foi indicado pelo grupo de militares de reserva que auxilia o governo desde a transição.

Um ofício enviado ao Inep obtido pelo Estado mostra o pedido do secretário de Alfabetização, Carlos Nadalin, sobre a mudança. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que estava sendo discutida no MEC. O texto diz que “a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada”. Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2º ano do fundamental.

Nadalin é considerado do grupo que tem conexões com o filósofo Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas. Ele é dono de uma escola em Londrina (PR), a Mundo Balão Mágico, e antes de ir para o MEC divulgava vídeos pela internet de como alfabetizar as crianças.

Foi ele também quem elaborou a minuta do decreto revelada pelo Estado na semana passada sobre uma política de alfabetização no País. O documento, assim como Nadalin, defende o método fônico, considerado antiquado e limitador por muitos especialistas. A minuta do decreto do MEC também previa que as crianças estejam alfabetizadas até o fim do 1º ano do fundamental.

Vélez também teria pedido a demissão de Nadalin e aguardava decisão do presidente Jair Bolsonaro. Já a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, pediu seu desligamento nesta segunda-feira depois do episódio. Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova. Tânia e sua equipe mais próxima discordam da medida e deixavam isso claro nas discussões do grupo de trabalho sobre alfabetização no MEC.

A decisão do ministério tomada na segunda-feira foi recebida com muitas críticas por secretários de educação e pela comunidade educacional em geral.

A alfabetização é considerada o momento mais importante da educação de uma criança. Especialistas enfatizam que um aluno alfabetizado de maneira insuficiente dificilmente terá condição de continuar aprendendo na escola.

Sem avaliação neste ano, perdia-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando o aprendizado. A alfabetização havia sido medida em 2014 e 2016 e deveria voltar só em 2021.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Secretária de Educação Básica do MEC pede demissão

A saída acontece no mesmo dia em que o ministério anunciou o adiamento, para 2021, da avaliação da alfabetização de crianças brasileiras

A secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida, pediu demissão do cargo nesta segunda-feira, 25. Em uma breve nota, o Ministério da Educação confirmou “o pedido de demissão”. A Secretaria de Educação Básica é responsável pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio.

A saída de Tânia acontece no mesmo dia em que o MEC anunciou o adiamento, para 2021, da avaliação da alfabetização de crianças brasileiras. O nível é medido pelo Sistema de Avaliação Básica (Saeb), aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Na edição deste ano, que ocorrerá em outubro, crianças de 7 anos não realizarão a prova, ao contrário do que havia anunciado o ex-presidente Michel Temer.

Em 2018, o governo Temer editou as regras da avaliação, que passaria a verificar a alfabetização mais cedo, aos 7 anos de idade (2º ano do ensino fundamental). A portaria publicada pela gestão do presidente Jair Bolsonaro (PSL) no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 25, afirma que serão incluídos no exame apenas alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª e 4ª série do ensino médio.

Segundo a pasta, o adiamento da avaliação da alfabetização foi solicitado pela Secretaria de Alfabetização porque em 2021 todas as escolas do país terão implantado a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e estarão ajustadas às políticas de alfabetização propostas pelo ministério.

Tânia foi diretora de uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) do Centro Paula Souza, autarquia do governo paulista. Ela fazia parte do grupo técnico do MEC, que já teve outras baixas.

Na semana passada, Iolene Lima, que era diretora de Formação e muito próxima de Tânia, foi demitida. Ela tinha sido anunciada pelo ministro Vélez como substituta para o cargo de secretário executivo, que agora está vago.

O secretário executivo até então era Luiz Antonio Tozi, também ex-dirigente do Centro Paula Souza, que foi demitido a pedido do presidente Jair Bolsonaro. O grupo técnico tem rivalizado internamente com os simpatizantes de Olavo de Carvalho, considerado o guru dos bolsonaristas. Foram eles que defenderam a mudança na avaliação nacional.

(Com Estadão Conteúdo)

topo ↕

PORTAL VEJA - RADAR ONLINE

Flávio Bolsonaro se reúne no MEC na ausência do ministro Vélez

O senador Flávio Bolsonaro esteve nesta segunda-feira (25) no Ministério da Educação. Mas chamou a atenção dos servidores.

No momento que o 01 de Bolsonaro esteve no prédio, o ministro Ricardo Vélez não estava lá.

E foi um dia agitado na área.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Para Secretários suspender teste de alfabetização é um erro

Em portaria divulgada na segunda-feira (25), o MEC informou que não avaliaria crianças de 7 anos. Com a repercussão negativa, a pasta voltou atrás

O secretário municipal de Educação de São Paulo, João Cury, lamentou a decisão do Ministério da Educação (MEC) de não avaliar este ano o nível de alfabetização das crianças brasileiras. "A alfabetização na idade certa é uma meta fundamental para o País e as redes municipais e estaduais precisam de bons diagnósticos para poder agir sobre o tema", disse.

O secretário estadual de Educação de Pernambuco, Fred Amâncio, lembrou que países do mundo todo têm ampliado as avaliações como um instrumento importante de política pública. "A perda de um ano é irreparável para avaliação, interrompe uma série histórica." O aluno progride na série e nunca mais terá testada sua alfabetização, explica. Segundo ele, o conselho de secretários vai pedir que o MEC desista da mudança. "É um retrocesso", disse a secretária de Educação do Ceará, Eliana Estrela.

A prova estava prevista para ocorrer em outubro, com alunos de 7 anos de idade. A divulgação de que a avaliação não mais ocorreria, feita com exclusividade pelo jornal O Estado de S. Paulo, desencadeou mais uma crise no MEC, que entrou em convulsão nas últimas semanas.

Segundo fontes, o próprio ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, não foi informado da mudança executada no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do ministério responsável pelos exames. Vélez também ficou irritado com a repercussão negativa da decisão.

Especialistas que fazem parte do Conselho Nacional de Educação (CNE) e secretários de Educação também foram surpreendidos e criticaram a medida. Pelo contrário, o MEC vinha garantindo a eles que manteria a avaliação da mesma forma que havia sido proposta no ano anterior. O ministério havia criado um grupo de trabalho para discutir uma política de alfabetização, que se reuniu durante os últimos dois meses.

A secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, fazia parte do grupo e também foi surpreendida com a medida. Por causa disso, ela resolveu se desligar da pasta. "Tais decisões não convergem com o trabalho realizado por mim nesta secretaria, nos últimos meses", declarou em nota. Ela é a terceira integrante do alto escalão a deixar a pasta nos últimos dias.

Pré-escola

Outra mudança foi na prova para a educação infantil (0 a 5 anos). Pela primeira vez, havia a previsão de todas as creches e pré-escolas passarem por avaliações. As crianças não fariam testes, mas todos os professores e responsáveis pelas escolas responderiam a questionários sobre estrutura, projeto pedagógico materiais. Agora, a portaria prevê que apenas uma amostra seja avaliada, "em caráter de estudo-piloto".

Pela primeira vez também todos os alunos de 9.º ano fariam provas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas. O Inep agora decidiu que só uma amostra, ainda a ser selecionada, passará pelos novos exames. A opção pela amostragem, em vez de avaliar todos os alunos, indica intenção de economizar recursos, mas especialistas questionam se haverá influência nos resultados. As escolas particulares também serão escolhidas por amostragem e não poderão se voluntariar para prova, como ocorreu na edição anterior.

Copyright © 2018 Estadão. Todos os direitos reservados

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Leonardo Carlos Chaves traça panorâma da Educação a Distância no Brasil Um dos maiores especialistas em educação no país traça o panorâma do mercado de EAD no Brasil e sua evolução ao longo dos anos.

É evidente que o Ensino a Distância vem crescendo no Brasil, especialmente em cursos de ensino superior. O Ministério da Educação e Cultura estima que as matrículas em cursos universitários cresceu 297,3% entre 2006 e 2016, principalmente entre os alunos de 31 a 40 anos. Esses dados mostram que o EaD, como é popularmente conhecido, deixou de ser uma tendência e veio para ficar.

O especialista na área, Leonardo Carlos Chaves, afirma que a flexibilização é uma das vantagens mais buscadas pelos alunos. Para ele, o fato de ser possível acompanhar todo o curso de qualquer local e no tempo disponível, é um benefício inquestionável.

Além dos motivos citados por Leonardo, quem opta por estudar a distância ainda tem ganhos em qualidade de vida, sem mencionar profissionais. Com o mercado de trabalho cada vez mais acirrado e a vida nas cidades grandes mais corrida, não é difícil imaginar que a capacitação ficaria em segundo plano. Facilitado pela democratização do acesso à internet, o ensino a distância preenche essa lacuna de tempo disponível X necessidade de educação.

Engana-se quem imagina que cursos oferecidos a distância perdem em qualidade. Em sua maior parte, tem metodologia desenvolvida especialmente para atrair o aluno, que compete com todas as distrações da internet. É comum que novidades pedagógicas como gamificação, trilhas de aprendizagem e outros sejam testados primeiro nesse ambiente. Além disso, são avaliados pelo MEC com o mesmo rigor das instituições tradicionais de ensino.

Números do mercado mostram que as instituições de ensino de nível superior já observam uma migração nas matrículas entre as modalidades presenciais e a distância. Instituições que em 2012 iniciaram pós-graduações no formato EAD em paralelo com seus cursos presenciais tradicionais reportaram migração de 80% de seus alunos para EAD. Os motivos são vários e vão da democratização da internet à flexibilidade de horários, que agrada àqueles com dificuldades de transporte.

Por último, Leonardo Chaves diz que é muito importante pesquisar a instituição de ensino. É preciso ficar atento à nota do MEC, à recomendação dos especialistas e observar especialmente o currículo dos professores. O alinhamento entre a instituição e as diretrizes da profissão escolhida é fundamental para uma boa escolha e consequente carreira de sucesso.

Website: <http://www.leonardocarloschaves.com.br>

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

ANÁLISE : País fica sem termômetro da aprendizagem

É muito preocupante a solicitação do MEC para que o Inep adie a aplicação da avaliação de alfabetização, que ocorreria neste ano

Garantir que as crianças estejam alfabetizadas na idade certa é fundamental para que possam seguir aprendendo ao longo de toda a sua trajetória escolar. Uma conquista recente nesse campo foi a Avaliação Nacional da Alfabetização. A média nacional é indecente: 55% dos alunos não tem nível satisfatório em Leitura. Mas em algumas escolas, municípios e até Estados inteiros esse resultado é muito maior, o que tem motivado estudos e análises em grande quantidade para decifrarmos as razões: as evidências. Por sua vez, essas evidências tem sido valiosas para a modelagem e a melhor implementação de políticas. Afinal, resultados de avaliações não são meros números, sua função é promover melhorias constantes nas políticas públicas.

Pautar a gestão pública em evidências, além de imperativo para melhores resultados, é um dos princípios determinados pela política de governança da administração pública federal (Decreto 9.203/2017). Por tudo isso, é muito preocupante a solicitação da Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) adie a aplicação da avaliação de alfabetização, que ocorreria neste ano. Esse encaminhamento é inconsistente com a prioridade à alfabetização prometida nos cem primeiros dias da atual gestão federal. Caso a avaliação seja feita em 2021, o resultado só sairá em 2022, já no fim desta gestão. Não teremos os resultados de 2019 como linha de base para avaliarmos os impactos de uma eventual política nacional de alfabetização. Uma avaliação de larga escala necessita de série histórica e periodicidade para promover melhorias.

Ainda mais preocupante são as justificativas para o adiamento: esperar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ajustar a avaliação às políticas de alfabetização propostas pela atual gestão com ênfase no método fônico. Em primeiro lugar, não se interrompe um processo avaliativo quando há novas políticas. Ao contrário, é sua constância que poderá aferir os impactos de novas estratégias. Em segundo lugar, é um grande equívoco o MEC, um órgão coordenador, impor uma metodologia para a alfabetização e pautar a avaliação em larga escala a partir disso. Os estudos indicam justamente o contrário, que os professores precisam de formação para conduzir em sala de aula várias metodologias, afinal cada estudante responde de maneira diferente ao processo de alfabetização e as salas de aula são muito heterogêneas.

O MEC precisa entender, de uma vez por todas, seu papel nas políticas educacionais, que certamente não passa por impor metodologias de ensino às escolas. Menos Brasília, mais Brasil. A avaliação da alfabetização não pode parar.

* É presidente-executiva do Todos pela Educação

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização

Após polêmica, portaria foi revogada pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez

Após polêmica, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que deixava de avaliar as crianças de 7 anos, em fase de alfabetização. O documento que tornou a medida sem efeito foi assinado pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ele não foi consultado sobre a mudança, noticiada com exclusividade nesta segunda-feira (25) pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Por causa disso, Vélez demitiu o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Marcos Vinicius Rodrigues. Os dois discutiram ríspidamente nesta segunda-feira em reunião que tratou da desistência em avaliar o nível de alfabetização das crianças. A demissão ainda não foi confirmada oficialmente e estaria aguardando decisão do presidente Jair Bolsonaro. Rodrigues é ex-professor da Fundação Getulio Vargas e foi indicado pelo grupo de militares de reserva que auxilia o governo desde a transição.

Um ofício enviado ao Inep obtido pelo Estado mostra o pedido do secretário de Alfabetização, Carlos Nadalin, sobre a mudança. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que estava sendo discutida no MEC. O texto diz que "a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada". Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2º ano do fundamental.

Nadalin é considerado do grupo que tem conexões com o filósofo Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas. Ele é dono de uma escola em Londrina (PR), a Mundo Balão Mágico, e antes de ir para o MEC divulgava vídeos pela internet de como alfabetizar as crianças.

Foi ele também quem elaborou a minuta do decreto revelada pelo Estado na semana passada sobre uma política de alfabetização no País. O documento, assim como Nadalin, defende o método fônico, considerado antiquado e limitador por muitos especialistas. A minuta do decreto do MEC também previa que as crianças estejam alfabetizadas até o fim do 1º ano do fundamental.

Vélez também teria pedido a demissão de Nadalin e aguardava decisão do presidente Jair Bolsonaro. Já a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, pediu seu desligamento nesta segunda-feira depois do episódio. Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova. Tânia e sua equipe mais próxima discordam da medida e deixavam isso claro nas discussões do grupo de trabalho sobre alfabetização no MEC.

A decisão do ministério tomada na segunda-feira foi recebida com muitas críticas por secretários de educação e pela comunidade educacional em geral.

A alfabetização é considerada o momento mais importante da educação de uma criança. Especialistas enfatizam que um aluno alfabetizado de maneira insuficiente dificilmente terá condição de continuar aprendendo na escola.

Sem avaliação neste ano, perdia-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando o aprendizado. A alfabetização havia sido medida em 2014 e 2016 e deveria voltar só em 2021.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Após polêmica, MEC volta atrás na decisão de não avaliar alfabetização

Após polêmica, o Ministério da Educação (MEC) revogou a portaria que deixava de avaliar as crianças de 7 anos, em fase de alfabetização. O documento que tornou a medida sem efeito foi assinado pelo próprio ministro Ricardo Vélez Rodríguez. Ele não foi consultado sobre a mudança, noticiada com exclusividade nesta segunda-feira, 25,

pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Por causa disso, Vélez demitiu o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Marcos Vinicius Rodrigues. Os dois discutiram rispidamente nesta segunda-feira em reunião que tratou da desistência em avaliar o nível de alfabetização das crianças. A demissão ainda não foi confirmada oficialmente e estaria aguardando decisão do presidente Jair Bolsonaro. Rodrigues é ex-professor da Fundação Getulio Vargas e foi indicado pelo grupo de militares de reserva que auxilia o governo desde a transição.

Um ofício enviado ao Inep obtido pelo Estado mostra o pedido do secretário de Alfabetização, Carlos Nadalin, sobre a mudança. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que estava sendo discutida no MEC. O texto diz que "a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada". Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2º ano do fundamental.

Nadalin é considerado do grupo que tem conexões com o filósofo Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas. Ele é dono de uma escola em Londrina (PR), a Mundo Balão Mágico, e antes de ir para o MEC divulgava vídeos pela internet de como alfabetizar as crianças.

Foi ele também quem elaborou a minuta do decreto revelada pelo Estado na semana passada sobre uma política de alfabetização no País. O documento, assim como Nadalin, defende o método fônico, considerado antiquado e limitador por muitos especialistas. A minuta do decreto do MEC também previa que as crianças estejam alfabetizadas até o fim do 1º ano do fundamental.

Vélez também teria pedido a demissão de Nadalin e aguardava decisão do presidente Jair Bolsonaro. Já a secretária de Educação Básica, Tânia Almeida, pediu seu desligamento nesta segunda-feira depois do episódio. Mesmo sendo a responsável pela área, ela não tinha sido informada sobre a mudança na prova. Tânia e sua equipe mais próxima discordam da medida e deixavam isso claro nas discussões do grupo de trabalho sobre alfabetização no MEC.

A decisão do ministério tomada na segunda-feira foi recebida com muitas críticas por secretários de educação e pela comunidade educacional em geral.

A alfabetização é considerada o momento mais importante da educação de uma criança. Especialistas enfatizam que um aluno alfabetizado de maneira insuficiente dificilmente terá condição de continuar aprendendo na escola.

Sem avaliação neste ano, perdia-se a possibilidade de comparação para saber se as crianças estão melhorando ou piorando o aprendizado. A alfabetização havia sido medida em 2014 e 2016 e deveria voltar só em 2021.

A FOLHA DE SÃO CARLOS - TEMPO REAL

FAPESP lança política para acesso aberto a publicações científicas

A FAPESP lançou sua política para acesso aberto a publicações científicas. Autores de artigos que resultem, total ou parcialmente, de projetos e bolsas financiados pela Fundação deverão divulgá-los em periódicos que permitam o arquivamento de uma

cópia do trabalho em um repositório público, onde possa ser consultado na web por qualquer pessoa.

O depósito da cópia deverá ser feito assim que o paper for aprovado para publicação ou em prazos compatíveis com as restrições de cada revista – algumas delas impõem períodos de embargo entre seis meses e um ano. Caso o artigo seja publicado por alguma das 293 revistas do Scientific Electronic Library Online (SciELO), não haverá a necessidade de depositar em repositórios, pois esses periódicos garantem a divulgação instantânea do conteúdo na web.

A política foi detalhada em uma portaria do Conselho Técnico-Administrativo da FAPESP assinada no dia 21 de fevereiro e entrou em vigor no dia 21 de março. A íntegra do texto está disponível on-line.

Editoras comerciais ou de sociedades científicas que editam periódicos costumam oferecer diferentes opções de publicação em acesso aberto. Algumas cobram uma taxa adicional para divulgação livre do artigo, outras permitem que o autor deposite versões do trabalho em repositórios – nem sempre a versão final. Outras formas de publicação devem ser criadas em um futuro próximo, fomentadas por políticas que buscam impulsionar o acesso aberto – a iniciativa mais recente é o Plan S, proposto em setembro pela União Europeia e agências de 14 países (leia mais em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2019/02/08/comunicacao-cientifica-sem-barreiras/>).

A política da FAPESP estabelece que os autores têm liberdade para usar qualquer opção, desde que se possa depositar a cópia da versão final do artigo em um repositório. As normas adotadas por editoras ou sociedades científicas em relação ao acesso aberto de artigos de suas publicações podem ser consultadas on-line.

O estímulo à publicação em acesso aberto já foi alvo de outras iniciativas da Fundação, como a biblioteca SciELO, um programa da FAPESP criado em 1997 em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, que inspirou a criação de programas semelhantes em 14 países.

Em 2008, o Conselho Superior da FAPESP aprovou a criação de uma política de acesso aberto a publicações científicas financiadas pela Fundação, que teve como resultado o surgimento de repositórios institucionais para disponibilizar os trabalhos, como o do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), o da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Saiba mais sobre a Política para Acesso Aberto às Publicações Resultantes de Auxílios e Bolsas FAPESP em: www.fapesp.br/12632.

topo ↕

DIÁRIO DA NOTÍCIA-MT - TEMPO REAL

UFRB seleciona professores formadores para curso de matemática EaD

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por meio de sua Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD), divulga o processo seletivo para professores formadores do curso de Licenciatura em matemática na modalidade ead.

As inscrições seguem abertas até o dia 01 de abril por meio do formulário no site da SEAD, no qual o candidato deve anexar os documentos solicitados no formato PDF. A análise e avaliação das inscrições serão realizadas baseadas na análise do Currículo Lattes conforme barema que consta no edital. Regida pelo Edital nº 002/2019, a seleção oferta duas vagas para cada um dos componentes curriculares a seguir:

Filosofia da Educação (68h); Libras (68h). O candidato deve ser servidor da UFRB, possuir formação superior, possuir, no mínimo, pós-graduação lato sensu no curso optado e/ou área afim; possuir experiência de docência ou de pesquisa na área optada; ter, no mínimo, um ano de exercício docente em instituição pública ou privada.

A bolsa é R\$ 1.300 para Professor Formador I, e de R\$ 1.100 para Professor Formador II. A carga horária exigida pelo edital é de 20 horas semanais para desenvolver as atividades a distância e na sede da SEAD. As vagas são de caráter temporário na condição de bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, não caracterizando vínculo empregatício com a UFRB ou com a UAB. O resultado final estará disponível online a partir do dia 05 de abril de 2019 no site da SEAD.

topo ↕

IDEALMT - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

“Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo”, diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

“Apareceu como um ovo de Colombo”, diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

“Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika”, diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas – conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. As estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. “Então resolvemos testar essa hipótese”, afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

“Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro”, explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

“Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte”, considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. “Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado”, diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado – e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos

testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

JORNAIS VITUAIS - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

Pesquisa concluiu que a vacina protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório

“Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo”, diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

“Apareceu como um ovo de Colombo”, diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

“Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika”, diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas – conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

A corrida por uma vacina começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença era a causa do surto de bebês com microcefalia

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. As estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. “Então resolvemos testar essa hipótese”, afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

O *Aedes aegypti* é o mosquito transmissor da zika e da febre amarela. Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

“Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro”, explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

“Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte”, considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. “Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado”, diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado – e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de**

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

PARANASHOP - TEMPO REAL

Revistas científicas da Sociedade Brasileira de Cardiologia passam a integrar as ferramentas de busca de publicações da Sociedade Europeia de Cardiologia

Os artigos publicados no ABC Cardiol e na IJCS, duas revistas científicas da Sociedade Brasileira de Cardiologia – SBC agora também podem ser encontrados nas buscas feitas a partir da plataforma de publicações científicas da European Society of Cardiology - ESC. O acordo foi feito no ano passado, durante o 73º Congresso Brasileiro de Cardiologia, em Brasília, e passou a vigorar desde o começo do ano.

O editor-chefe do ABC Cardiol, Carlos Eduardo Rochitte, publicou um editorial no CardioPulse da ESC onde destacou a história dos Arquivos Brasileiros de Cardiologia. Rochitte lembrou que o ABC Cardiol tem o maior Fator de Impacto para periódicos na área de revistas de Cardiologia e Ciências Cardiovasculares em toda a América Latina, ou seja, 1.318, com um total de 2.541 citações em 2017. “A publicação da SBC está indexada nas principais bases de dados, como o ISI Web of Science, o Cumulated Index Medicus, o PubMed Central, o EMBASE, o SCOPUS, o SCIELO e o LILACS, bem como uma classificação B2 pelo Sistema Qualis **CAPES**”, completou.

Para Rochitte, houve um aumento constante no FI do ABC Cardiol, nos últimos cinco anos, resultante das políticas editoriais adotadas, entre as quais se destacam as contribuições científicas revisadas por pares; membros do Conselho Editorial e revisores selecionados entre os pesquisadores mais importantes do Brasil e do exterior; a rápida avaliação de trabalhos que são aceitos de acordo com relevância e originalidade, precisão científica e nível de importância para o avanço da ciência; indexação nas principais bases de dados; e publicação de acesso aberto bilíngue sem custo para os autores. “Vale a pena notar que a autocitação não foi focada como mostrado, o que reforça que o novo FI é uma conquista sólida da nossa comunidade científica”, acrescentou o editor-chefe no texto da ESC.

Carlos Eduardo Rochitte ainda ressaltou que para promover a internacionalização do ABC Cardiol foram fomentadas parcerias internacionais, respondendo por 21% dos artigos publicados em 2017, principalmente dos Estados Unidos, Portugal, Turquia, Espanha, China e Canadá, entre outros países. “20% dos editores associados são de importantes instituições médicas internacionais. Em 2017, a revista recebeu 650 artigos para avaliação, dos quais 171 foram aprovados e 472 foram rejeitados, com uma taxa de aprovação de 26%. Atualmente, nossa taxa de aceitação é inferior a 20%”, informou.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

"Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo", diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

"Apareceu como um ovo de Colombo", diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

"Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika", diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas - conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. As estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. "Então resolvemos testar essa hipótese", afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos

receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

"Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro", explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

"Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte", considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. "Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado", diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado - e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

UFRGS - TEMPO REAL

Curso de extensão Super 8 reinicia capacitações para pesquisas acadêmicas

Em seu terceiro ano, o Super 8: Pesquisa e uso da informação científica retoma a sua agenda de atividades no final do mês de março. O curso de extensão visa expandir a formação acadêmica através de capacitações que desenvolvam o domínio de técnicas de pesquisa e uso de informação.

A partir de conteúdos oferecido em módulos, alunos de graduação, pós-graduação e público em geral tem à disposição capacitações em: ética na publicação científica; gerenciador de referências – Mendeley; gerenciador de referências – Zotero; introdução à pesquisa com Mendeley e Zotero; Lume: visibilidade da produção UFRGS; o pesquisador e sua produção científica 1: qualidade e indexação; o pesquisador e sua produção científica 2: indicadores de avaliação; pesquisa com e-books; pesquisa com PubMed; pesquisa com Scopus; pesquisa com Web of Science; pesquisa no Portal **CAPES**; seminário SBUFRGS e SABI; trabalho acadêmico com Mendeley; trabalho acadêmico com Zotero.

Confira no site do Projeto a programação de março/abril e as orientações para inscrições. As horas de cursos podem ser aproveitadas como créditos complementares. As atividades ocorrem nos diferentes campi da Universidade.

topo ↕

URURAU - TEMPO REAL

Vacina da febre amarela pode proteger contra zika, indica estudo brasileiro

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

"Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo", diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na segunda-feira (25/03).

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas. "Apareceu como um ovo de Colombo", diz Silva, referindo-se à expressão que descreve uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

"Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika", diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódico.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional. A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas - conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita. O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas. "Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte", considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela.

Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado", diz. Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado - e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos

testes, acertos e erros e etapas de segurança. O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Juristas questionam ato do MEC de retomar avaliação de alfabetização
Decisão de não avaliar o nível de leitura das crianças partiu do Inep, autarquia ligada ao ministério e que possui autonomia administrativa

SÃO PAULO - O ato do Ministério da Educação (MEC) publicado nesta terça-feira, 26, de revogar a portaria que deixava de avaliar o nível de alfabetização das crianças brasileiras é considerado "juridicamente errado". A decisão de não avaliar os alunos de sete anos partiu foi publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia ligada ao ministério, mas que goza de autonomia administrativa e financeira.

Juristas ouvidos pelo Estado disseram que a revogação da portaria deve ser feita pelo próprio Inep. O ato do ministro Ricardo Vélez Rodríguez pode ter a legalidade contestada. O MEC disse que a área responsável já foi consultada e, em breve, se posicionaria sobre o assunto.

"A autarquia ostenta independência administrativa, financeira. Portanto, o órgão [MEC] ainda que superior não poderia revogar uma decisão da autarquia. A menos que ela não tenha seguido todo o rigor formal", disse Anderson Pomini, especialista em direito constitucional e eleitoral.

Para ele, poderia caracterizar falta de rigor, uma decisão da autarquia que vá contra a política formalizada pelo Ministério. Procuradores também disseram que, a única forma de a decisão ser anulada pelo ministro, seria no caso de ela contrariar uma política pública. Eles explicaram que a autarquia tem vinculação ao MEC, mas não está subordinada à pasta.

O Inep publicou nesta segunda-feira, 25, uma portaria em que excluía as crianças de sete anos das provas nacionais de Leitura e Matemática. A medida foi duramente criticada por especialistas e educadores.

Rodríguez não foi consultado sobre a mudança e pediu a demissão do presidente do Inep, Marcos Vinicius Rodrigues. No entanto, um ofício enviado ao Inep, obtido pelo Estado, mostra que o pedido sobre a mudança foi feito pelo secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que estava sendo discutida no MEC.

O texto diz que "a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada". Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2.o ano do fundamental.

Portanto, a decisão do Inep seguiria uma política do MEC.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Decisão de Vélez sobre alfabetização é questionada por integrantes do Inep Segundo técnicos, ministro não poderia ter anulado ato do presidente do Instituto; confusão é mais um elemento da crise no MEC

BRASÍLIA e RIO- Após a anulação da portaria que adiou a avaliação da alfabetização por dois anos, integrantes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) questionam se o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, teria competência para anular o ato assinado pelo presidente da autarquia, Marcus Vinícius Rodrigues.

No entendimento de técnicos da área jurídica do governo, a portaria deveria ter sido revogada pelo próprio presidente do órgão e não pelo ministro. A falta de comunicação de Vélez com o Instituto é mais um indício da falta de habilidade do ministro e seu isolamento à frente da pasta.

Um técnico da Advocacia Geral da União (AGU) explicou ao GLOBO que embora o Inep seja vinculado ao MEC não há uma relação de hierarquia entre os órgãos, de modo que caberia ao próprio Inep revogar sua portaria. Na prática, segundo avaliação interna do Inep, isso faria com que a decisão de Vélez não tenha validade ou, no mínimo, pudesse ser questionada do ponto de vista jurídico.

É de praxe que em casos como esse o ministro da Educação entre em contato com o presidente do Inep de maneira informal e solicite o cancelamento do ato. A repercussão negativa da portaria nesta segunda-feira, no entanto, deflagrou mais uma crise na cúpula da Educação. Vélez teve uma conversa tensa com Marcus Rodrigues e decidiu pela demissão do auxiliar, que está sob análise da Casa Civil.

Marcus Vinicius é ligado ao grupo de militares do governo, principalmente os da reserva. Participou da equipe de transição em Brasília, quando se aproximou também do cientista político Antonio Testa, que acabou dispensado por Vélez antes mesmo da posse.

Interlocutores do ministro afirmam que ele manifestou surpresa com a publicação da portaria do Inep e não sabia o que estava no documento, por outro lado, foi o próprio secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, que pediu para que a alfabetização não fosse avaliada em 2019. Em ofício ao presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinicius Rodrigues, Nadalim diz que a avaliação no atual formato "não responde às necessidades da política de alfabetização que será implementada" e que a "alteração do público-alvo para o 2º ano do Ensino Fundamental precisaria ser discutida com o MEC".

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC revoga portaria com mudanças no Sistema de Avaliação Básica

Portaria do Ministério da Educação (MEC) publicada hoje (26) no Diário Oficial da União torna sem efeito texto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que previa novas regras para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A nova decisão foi assinada pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez.

A portaria anterior, publicada ontem (25), definia, entre outras coisas, que a medição da qualidade da alfabetização de estudantes de todo o país só seria feita a partir de 2021. A

decisão foi tomada, segundo o Inep, para dar tempo para as escolas se adequarem aos novos currículos elaborados a partir da nova Base Nacional Comum Curricular.

A alfabetização é uma das prioridades estipuladas pelo Governo Federal. O Ministério da Educação deverá apresentar, ao final dos 100 primeiros dias de governo, uma proposta de Política Nacional de Alfabetização.

Sistema de avaliação

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é aplicado em escolas de zona urbana e rural que tenham pelo menos dez estudantes matriculados nas etapas avaliadas. A avaliação externa em larga escala é realizada pelo Inep desde 1990. O sistema mede o aprendizado dos estudantes em língua portuguesa e matemática e, com isso, subsidia o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de qualidade da educação básica.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Juristas questionam ato do MEC de avaliar alfabetização

Decisão de não avaliar o nível de leitura das crianças partiu do Inep, autarquia ligada ao ministério e que possui autonomia administrativa

SÃO PAULO - O ato do Ministério da Educação (MEC) publicado nesta terça-feira, 26, de revogar a portaria que deixava de avaliar o nível de alfabetização das crianças brasileiras é considerado "juridicamente errado". A decisão de não avaliar os alunos de sete anos partiu e foi publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia ligada ao ministério, mas que goza de autonomia administrativa e financeira.

Juristas ouvidos pelo Estado disseram que a revogação da portaria deve ser feita pelo próprio Inep. O ato do ministro Ricardo Vélez Rodríguez pode ter a legalidade contestada. O MEC disse que a área responsável já foi consultada e, em breve, se posicionaria sobre o assunto.

"A autarquia ostenta independência administrativa, financeira. Portanto, o órgão [MEC] ainda que superior não poderia revogar uma decisão da autarquia. A menos que ela não tenha seguido todo o rigor formal", disse Anderson Pomini, especialista em direito constitucional e eleitoral.

Para ele, poderia caracterizar falta de rigor, uma decisão da autarquia que vá contra a política formalizada pelo Ministério. Procuradores também disseram que, a única forma de a decisão ser anulada pelo ministro, seria no caso de ela contrariar uma política pública. Eles explicaram que a autarquia tem vinculação ao MEC, mas não está subordinada à pasta.

O Inep publicou nesta segunda-feira, 25, uma portaria em que excluía as crianças de sete anos das provas nacionais de Leitura e Matemática. A medida foi duramente criticada por especialistas e educadores.

Rodríguez não foi consultado sobre a mudança e pediu a demissão do presidente do Inep, Marcos Vinicius Rodrigues. No entanto, um ofício enviado ao Inep, obtido pelo Estado, mostra que o pedido sobre a mudança foi feito pelo secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim. A razão alegada por ele foi a política nacional de alfabetização que

estava sendo discutida no MEC.

O texto diz que "a referida avaliação, no atual formato, não corresponde às necessidades da política que será implementada". Além disso, informa que é preciso rediscutir se as crianças serão avaliadas no 2.o ano do fundamental.

Portanto, a decisão do Inep seguiria uma política do MEC.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC revoga portaria com mudanças no Sistema de Avaliação Básica

Portaria do Ministério da Educação (MEC) publicada hoje (26) no Diário Oficial da União torna sem efeito texto do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que previa novas regras para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A nova decisão foi assinada pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez.

A portaria anterior, publicada ontem (25), definia, entre outras coisas, que a medição da qualidade da alfabetização de estudantes de todo o país só seria feita a partir de 2021. A decisão foi tomada, segundo o Inep, para dar tempo para as escolas se adequarem aos novos currículos elaborados a partir da nova Base Nacional Comum Curricular.

A alfabetização é uma das prioridades estipuladas pelo Governo Federal. O Ministério da Educação deverá apresentar, ao final dos 100 primeiros dias de governo, uma proposta de Política Nacional de Alfabetização.

Sistema de avaliação

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é aplicado em escolas de zona urbana e rural que tenham pelo menos dez estudantes matriculados nas etapas avaliadas. A avaliação externa em larga escala é realizada pelo Inep desde 1990. O sistema mede o aprendizado dos estudantes em língua portuguesa e matemática e, com isso, subsidia o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de qualidade da educação básica